

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbataí

Kleber Andolfato de Oliveira

Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2012**

Kleber Andolfato de Oliveira
Engenheiro Agrônomo

Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbataí

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Oliveira, Kleber Andolfato de

Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbataí / Kleber Andolfato de Oliveira. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2012. 99 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2012.

1. Desenvolvimento sustentável 2. Área de proteção ambiental 3. Desenvolvimento rural 4. Percepção ambiental 5. Bacia do Corumbataí I. Título

CDD 551.483
O48e

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho á minha mãe Sandra Delesposte Andolfato, pelo incentivo, amor e apoio e minha irmã Cinthia Andolfato de Oliveira, pelo companheirismo e amizade em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Jesus, por tudo que tenho e pela presença constante durante toda minha vida.

Ao Professor Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques, pela oportunidade de desenvolver o trabalho sob sua orientação. Por todos os momentos de compartilhar saberes e pelas inúmeras lições de vida que apreciei vendo-o como profissional e como pai, marido e amigo, e aqui estendo meus agradecimentos á sua esposa e filhos.

Em especial agradeço a minha querida mãe Sandra Delesposte Andolfato pelo apoio e pelo incentivo em todo tempo desta fase juntamente com Eduardo Melloti, seu marido, ao qual também estendo meus agradecimentos.

A minha irmã Cinthia Andolfato de Oliveira pelas conversar e por tornar os dias mais agradáveis.

Também aos meus tios, tias e primos que me incentivam em continuar com minha formação e que em nenhum momento deixaram de se apresentar como apoio nesta caminhada.

A Prof^a Dr^a. Sílvia Maria Guerra Molina, que me mostrou com seu exemplo de vida a profissional e pesquisadora de excelência que é, e aqui também estendo meus agradecimentos a sua equipe de estudantes, Mariana, Laila e Gabriel.

A Prof^a Dr^a. Hieda Maria Pagliosa Corona, por mostrar que neste mundo ainda existem pessoas de coração enorme, capazes de se dedicar a transformar a vida das pessoas mesmo que inconscientemente, professora, pela sua dedicação, sua capacidade profissional e amizade eu lhe agradeço.

Agradeço às professoras Dr^a. Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello e Dr^a. Laura Alves Martirani pela prontidão em somar com esta dissertação seus conhecimentos e por terem aceito fazer parte de minha Banca.

A Fundação Florestal, pelo apoio ao projeto e por permitir acesso aos dados dos questionários citados na dissertação. Em especial ao Sr. Luiz Sertório Teixeira, gestor da APA Corumbataí, um idealizador, líder e visionário que tem trabalhado arduamente para que o Meio Ambiente tenha uma chance sobreviver.

Também a Prof^a Dra. Maria Inez Pagani, que aceitou prontamente o convite para minha Banca além de fazer parte do Conselho Gestor da APA Corumbataí.

A Mara Casarin, secretária e amiga, obrigado pela dedicação e simpatia.

A Coordenação do Programa de Pós em Ecologia Aplicada.
A Capes, pela bolsa de estudos.

EPÍGRAFE

“...Eu vejo as crianças nas ruas
Sem o suficiente para comer
Quem sou eu para estar cego
Fingindo não perceber suas necessidades

Uma indiferença de verão
Uma tampa de garrafa quebrada
E a alma de um homem

Eles seguem uns aos outros no vento, você sabe
Porque eles não tem nenhum lugar para ir
É por isto que eu quero que você saiba

Estou começando com o homem no espelho
Estou pedindo a ele que mude seus modos
E nenhuma mensagem poderia ter sido mais clara:
Se você quer fazer do mundo um lugar melhor
Olhe para si mesmo e faça uma mudança”

(Tradução de trecho da canção “Man in the mirror”, Michael Jackson)

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
LISTA DE FIGURAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
2.1 O Ordenamento Territorial.....	23
2.2 A construção da Percepção Ambiental	26
2.2.1 O processo civilizador de Norbert Elias	29
2.2.2 A noção de <i>habitus</i> em Bourdieu	31
2.2.3 O risco e a modernização reflexiva.....	33
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 Descrição do objeto de pesquisa: A Bacia do Rio Corumbataí.....	37
3.2 Principais formas de organização política na Bacia do Corumbataí	40
3.2.1 O Comitê PCJ.....	40
3.2.2 A APA Corumbataí	44
3.2.2.1 O Conselho Gestor da APA Corumbataí.....	47
3.3 Sobre a pesquisa	49
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
4.1 A percepção sobre o meio ambiente	55
4.2 A percepção em torno da agricultura.....	62
4.3 A percepção sobre o conselho gestor e o plano de manejo.....	72
5 CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES	91

RESUMO

Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da Bacia do Rio Corumbataí

Inscrito no projeto de pesquisa “Políticas públicas de ordenamento territorial”, no âmbito do temático “Mudanças socioambientais no estado de São Paulo: perspectivas para a conservação” (apoiado pelo Biota/Fapesp), este trabalho visa explorar formas de análise da percepção ambiental com base na teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no conceito de *habitus* de Bourdieu e na teoria da sociedade de risco do sociólogo alemão Ulrich Beck. Trata-se de uma análise dos discursos de atores envolvidos com as temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável no âmbito da APA Corumbataí, no estado de São Paulo. Esta última passa por um processo de revigoração com a implantação do seu Conselho Gestor e da elaboração de seu plano de manejo. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a Fundação Florestal através de observação participativa das reuniões do Conselho Gestor da APA Corumbataí, de análise de elementos obtidos com o apoio de questionário e de entrevistas com conselheiros. Nesta perspectiva, os diferentes olhares destes últimos são examinados em nosso estudo das políticas públicas em torno do ordenamento territorial. Constata-se que existe no discurso dos membros do Conselho Gestor uma grande preocupação com a preservação e utilização dos recursos naturais da APA em estudo. No grupo considerado, a percepção dos riscos ligados a uma exploração desastrosa destes recursos permite considerar a pertinência da tese da modernidade reflexiva. Foi possível identificar posturas mais críticas em relação as percepções de conservação do território da APA e estas diferentes posturas refletem nos apontamentos sobre a participação social e os problemas enfrentados dentro do território. A visão produtivista, em especial a da agricultura predominante no território, se apresenta como um resultado histórico da região e também devido aos problemas de planejamento não tão adequados para o uso e ocupação do solo. A preocupação ambiental nesse sentido é relevante uma vez que muitos entendem que a qualidade ambiental da APA determina a qualidade de vida da população residente principalmente no que tange a utilização dos recursos hídricos do território. A participação da população residente é baixa, porém uma mobilização é prevista no Termos de referência para o Plano de Manejo, visando a educação e informação desta população. As perspectivas são positivas e espera-se que em breve o ordenamento deste território seja pautado nos aspectos pertinentes ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Ordenamento Territorial; Conselho Gestor; Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

Study of environmental perception around the management entities and individuals involved with politics and programs of public interest for the rural sustainable development of the Corumbataí river basin

Inscribed on the research project "Public Policies for land use" under the theme "socio-environmental changes in the state of São Paulo: perspectives for conservation" (supported by Biota / FAPESP), this paper aims to explore ways of analysis of environmental perception with Based on the theory of the civilizing process of Norbert Elias, the concept of *habitus* and Bourdieu's theory of risk society, the German sociologist Ulrich Beck. It is a discourse analysis of actors involved with the issues of environment and sustainable development within the APA Corumbataí in the state of Sao Paulo. The latter undergoes a process of revival with the implementation of its Management Council and the development of its management plan. The research was developed in partnership with the Forestry Foundation through participant observation of meetings of the Management Council of the APA Corumbataí element analysis obtained with the help of questionnaires and interviews with counselors. In this perspective, the different looks of the latter are examined in our study of public policies on land use. It appears that there is the discourse of members of the Management Council a major concern for the preservation and use of natural resources in the APA study. In the group considered, the perception of risk of a disastrous exploitation of these resources allows us to consider the relevance of the theory of reflexive modernity. It is possible to identify the most critical posture in relation to the perceptions of conservation of the territory of the APA and these reflect different positions on some notes on the social participation and the problems faced within the territory. The productivity vision, especially prevalent in the area of agriculture, is presented as a historical result of the region and also due to poor planning not as suitable for use and occupation. Environmental concern in this regard is relevant since many believe that the environmental quality of the APA determines the quality of life of the population especially regarding the use of water resources planning. The participation of the resident population is low, but a demonstration is planned in terms of reference for the Management Plan, aimed at education and information in this population. The outlook is positive and it is expected that soon the order of this territory is delineated by the relevant aspects of sustainable development.

Keywords: Environmental Perception; Planning; Management Council; Sustainable Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.....	38
Figura 2 - Bacia do Corumbataí	39
Figura 3 - Organograma Estrutural do Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ.....	43
Figura 4 - Área de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba.....	51
Figura 5 - Situação da APA em relação à sua conservação ambiental segundo os conselheiros.....	56
Figura 6 - Principais prolemas ou dificuldades apontados pelos conselheiros e distribuidos conforme visão de conservação da APA Corumbataí.....	58
Figura 7 - Morro do Cuscuzeiro, Analândia/SP.....	64
Figura 8 - Morro do Cuscuzeiro e Morro do Camelo, Analândia/SP.....	65
Figura 9 - Pedra do Escorrega, Analândia/SP.....	66
Figura 10 - Plantação de cana-de-açúcar em concorrência ao apelo turístico, Analândia/SP.....	67
Figura 11 - Plantação de Eucalipto e morro do cuscuzeiro ao fundo, Analândia/SP	68
Figura 12 - Treminhões escoando a cana-de-açúcar plantada em Analândia/SP.....	68
Figura 13 - Nível de participação da população nos processos de tomada de decisão sobre as questões relativas à APA conforme os grupos de conselheiros estimando à APA bem conservada ou pouco conservada.....	75

1 INTRODUÇÃO

O homem é hoje um grande agente modificador dos ciclos naturais. Muitos fatores podem ser apontados como aliados ao caráter insustentável da sociedade contemporânea. Dentre eles, o crescimento populacional em ritmo acelerado está associado a um conjunto de valores e comportamentos centrado na expansão do consumo material e em sistemas produtivos fundados em processos poluentes e em exploração sem limites dos recursos naturais.

Quando analisamos os fatos relevantes da história do século XX, é possível assinalar uma mudança, sobretudo na percepção dos seres humanos sobre a natureza e os problemas ambientais. Rapidamente, vale destacar as discussões sobre os modelos de desenvolvimento e crescimento econômico nas décadas que se seguiram a Segunda Guerra Mundial, que podem ser definidos como produtivistas. Em meados de 1980, a difusão da noção de desenvolvimento sustentável possui, com efeito, uma dimensão crítica contra os padrões modernos de consumo e produção. A idéia de uma coexistência dos seres humanos entre si e com as demais formas de vida do planeta, assegurando a evolução biológica destas últimas e evitando extinção provocada pelas atividades do homem, traz consigo aspirações coletivas de paz, liberdade, melhores condições de vida e de um meio ambiente saudável (CAMARGO, 2008). Portanto, há uma inflexão do crescimento acima de tudo para visões mais precavidas, mesmo que existam diferentes interpretações neste campo da sustentabilidade, tal como sugere Roberto José Moreira e Luiz Flávio de Carvalho Costa (2002).

O relacionamento da humanidade com a natureza, fundamental para garantir a sobrevivência e a reprodução dos grupos humanos, foi sempre acompanhado por distintas maneiras de sentir e pensar o meio natural. A agricultura e a pecuária constituem duas das mais antigas formas de relacionamento das sociedades com a natureza e com os recursos naturais (MARTINEZ, 2006).

Nos últimos anos, as reflexões sobre essa relação e sobre as formas de atribuir maior valor aos cuidados socioambientais aumentam. As ênfases discursivas sobre o uso dos recursos e sobre as formas que os mesmos serão administrados em determinados territórios constituem uma chave analítica para o estudo desenvolvido nesta dissertação. Trata-se de lançar luzes sobre a percepção dos atores envolvidos

em processos de debates e de tomada de decisão que orientam as ações públicas, com implicações econômicas, sociais e ambientais.

Os valores atribuídos à natureza e ao território¹ se modificam ao longo do tempo. Entre os antigos, o pensamento, ou a idéia, de natureza e de suas formas de utilização estava ligado diretamente ao qualitativo, ao valor de uso. Entre os gregos, por exemplo, as formas de se relacionar e agir frente à natureza apresenta uma idéia de equilíbrio: o pensamento era contemplativo e, por estarem em uma sociedade não mercantilizada, o aprimoramento das técnicas de trabalho não era prioritária, considerando evidentemente que se tratava de um sistema escravocrata. De todo modo, no pensamento antigo não se derruba cem árvores se o necessário é derrubar apenas três (VERNANT, 1990).

Com o passar do tempo, as formas de produção capitalistas foram modificando o objetivo de criação de valor de uso, como era visto pelos antigos, o quantitativo foi tomando o espaço dos valores qualitativos. Segundo Lenoble (1990), não existe uma evolução da forma de pensar, mas sim uma ruptura entre o pensamento antigo e o moderno, pois são formas completamente diferentes de ver o mundo. Os valores passam a ser dimensionados pela capacidade tecnológica de produzir bens de uso e consumo, produção fundada na “magia da mercadoria” ou no equivalente de troca, como designado por Marx (1982).

Na agricultura, a revolução industrial e a expansão do capitalismo no campo levaram a uma transformação profunda das concepções em torno das atividades agrícolas. Predominou a idéia segundo a qual a agricultura deveria se submeter às lógicas industriais de produção, com grande negligência de todas as outras dimensões além produtivas. Hoje, porém, um novo processo de mudança de valores está ocorrendo. É identificado por alguns autores como um processo de “revitalização” ou “revalorização” do rural (SCHENEIDER, 1999). Segundo alguns autores o recuo do padrão fordista de produção (e o “pós-productivismo”) na

¹ Diferentes disciplinas exploram e definem a noção de território com ênfases distintas. Em grande medida, território se refere a um conceito inicialmente mobilizado pela geografia, talvez mais propriamente pela geopolítica ou geografia política. O conceito de território define a base física na qual se assentam os dispositivos de poder que permitem a um Estado assegurar a apropriação dos recursos aí disponíveis, ou o “controle político de um dado âmbito espacial” (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009). Estas raízes no terreno da geografia, com os aportes da antropologia, parecem forjar as idéias predominantes que circulam em torno do território. Assim, convém assinalar o poder (em termos de dominação), a apropriação (em termos mais simbólicos) ou o conflito de interesses como pilares constituintes do conceito de território.

agricultura revitaliza formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural. Assim, o espaço rural, limitado no fordismo a funções produtivas agrícolas, ganha novas atribuições, conduzindo ao debate sobre a multifuncionalidade da agricultura. Portanto, essa “revalorização” caracteriza uma nova forma de ver o rural e a própria natureza. O rural de uma visão produtivista geralmente é entendido como uma fonte de exploração dos recursos com o objetivo de aumento da produtividade, sem considerar o uso adequado dos recursos naturais. Assim, estes recentes processos apontam para uma “*diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas*” para elevar o poder aquisitivo das famílias agricultoras e também utilizar de forma sustentável os recursos do território (SCHENEIDER, 1999).

Sobre a questão do desenvolvimento sustentável, cujos sentidos estão em disputa (MOREIRA, 2002), vale à pena destacar a questão da biodiversidade² que, em particular na agricultura, tem sido moldada de acordo com a forma de viver dos seres humanos, que utilizam dos recursos biológicos disponíveis. Na agricultura familiar, os valores culturais, sociais, econômicos e o manejo dos recursos naturais tendem a incorporar aspectos de segurança para a diversidade biológica e principalmente para a soberania alimentar (BOEF, et al., 2007).

Em suas análises da estrutura e mudanças sociais, Marx e Engels tornaram como ponto de partida de suas teorias o conflito social entre capitalistas e proletariado: tais embates não só alienam as pessoas comuns em seus postos de trabalho, mas também leva ao estranhamento delas da própria natureza. Em nenhum lugar tal fenômeno é mais evidente do que na “agricultura capitalista”, na qual se busca um rápido lucro da exploração da terra em detrimentos do bem-estar humano e da saúde do solo. A teoria marxista enfatiza não apenas o papel dos capitalistas, mas também aquele do Estado em encorajar a destruição ecológica. Ambos, os governantes e os administradores burocráticos são vistos como tendo um compromisso central em apoiar os interesses dos investidores e empregadores do capitalismo (HANNIGAN, 2009). Mesmo datando historicamente estas interpretações destes autores clássicos, sua pertinência contemporânea deve ser considerada.

² Biodiversidade ou diversidade biológica refere-se à variedade de formas de vida, à diversidade genética e às comunidades que essas formas de vida formam. É um processo natural onde a biodiversidade apresenta ganhos e perdas contínuos, porém nas últimas décadas esse equilíbrio tornou-se negativo (BOEF et al., 2007; RICKLEFS, 2003).

Nesta linha de raciocínio, é válido mencionar que José Eli da Veiga (2009) questiona o desenvolvimento dependente do crescimento econômico. Este autor elabora uma crítica sobre os índices que monitoram o desenvolvimento, notadamente aquele “tosco” do Produto Interno Bruto (PIB). A demanda social por ser sustentável promove novos indicadores, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, o autor acredita que deveriam existir outros métodos de avaliar o desenvolvimento, tomando em conta a sustentabilidade.

A questão do ordenamento territorial nos parece oportuna para discutir sobre esta problemática e sobre o desarranjo na relação sociedade e uso dos recursos naturais. Morin (1977) aponta que a palavra-chave da ciência clássica é o substantivo *ordem*, quer organiza a desordem e procura colocar tudo em ordenamento. No sentido cartesiano-newtoniano, ordem remete a um arranjo de coisas segundo certas relações. Para o positivismo de Comte e Durkheim, assim como no iluminismo de Voltaire, a perfeição apresentada pela ordem newtoniana é um modelo ideal para ordenar a sociedade e curá-la de seus principais males (ALMEIDA e SOARES, 2009).

Mesmo considerando os limites das visões positivistas, é possível pensar que as políticas públicas contemporâneas mais interessantes nesse processo de ordenamento são aquelas que levam ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de sinalizar para alternativas às teorias e modelos tradicionais de desenvolvimento. A eficácia das políticas públicas depende do grau de eficiência da gestão, onde os atores políticos demonstrem capacidade não só para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, mas também para interagir e negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo (RODRIGUES, 2010).

Os espaços de discussões, que apresentam oportunidades para a participação social, tornam-se então uma das referências primordiais da administração pública, planejamento e gestão, inclusive garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). O direito à cidadania só será concretizado quando os grupos não visíveis da sociedade puderem falar e intervir concretamente, redirecionando prioridades, fiscalizando e controlando as ações e os gestos públicos, passando de uma simples ação ou projeto pessoal do administrador público para uma conquista e direito legítimo da sociedade.

Neste cenário de aprofundar a democracia é que se inscreve a APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá e seus Conselhos Gestores. Na elaboração de seu Plano de Manejo, foi aberto um espaço local de discussão sobre as políticas públicas, o que torna este processo pertinente para este estudo que tem como objetivo avaliar as opiniões, percepções e posicionamentos dos atores envolvidos no debate sobre o ordenamento do território em questão. Em boa medida, as referências em torno do desenvolvimento sustentável orientam a abordagem desenvolvida neste trabalho voltado para a interpretação deste espaço democrático em gestação.

Para tanto utilizamos de uma discussão sobre a percepção ambiental dos conselheiros da APA, tendo em vista que a importância de seu estudo é realçada por Hoeffel (1999) na medida em que elas norteiam o uso de recursos naturais e suas implicações ambientais. Essas concepções podem fundamentar tanto ações reparadoras de impactos já detectados, quanto o planejamento e implantação de atividades e políticas ambientalmente adequadas e sustentáveis.

Para Redclift (1998), é importante investigar as semelhanças e diferenças entre valores e significados atribuídos, por diferentes indivíduos, a fenômenos sociais e ambientais dentro de vários contextos. Estas análises podem auxiliar na compreensão das razões pelas quais certas políticas de intervenção não resolvem adequadamente os problemas sociais e ambientais que prometem solucionar. O reconhecimento destas distintas concepções sobre o mundo natural torna-se, assim, extremamente relevante para a análise acadêmica, com repercussão na elaboração de modelos e políticas de desenvolvimento, podendo auxiliar na caracterização e resolução de conflitos que envolvem o planejamento ambiental, educação ambiental e a utilização de recursos naturais.

Esta dissertação nasce dos esforços em torno do projeto de pesquisa “Políticas públicas de ordenamento territorial, no âmbito do temático “Mudanças socioambientais no estado de São Paulo: perspectivas para a conservação”, apoiado pelo BIOTA/FAPESP. Para nortear a construção da percepção ambiental, utilizamos como base as teorias do processo civilizador de Norbert Elias, a noção de *habitus* de Bourdieu e a teoria da sociedade de Risco de Giddens e Beck. A pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, instituição que gerencia a APA Corumbataí, e as análises foram feitas através

da observação participativa nas reuniões do Conselho Gestor, de visitas as cidades pertencentes à APA, de análise de questionário e de entrevistas dirigidas.

Nossos apontamentos sobre os discursos e dados colhidos são apresentados em categorias divididas em percepções em torno do meio ambiente, em torno da agricultura e em torno da APA e do seu futuro Plano de Manejo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O Ordenamento Territorial

Conceito muito importante para a geografia, o território diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc.). O conceito contribui com a idéia de captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas e a direção prioritária dos fluxos (demográficos e de produtos) (MORAES, 2005).

Em grande medida, território se refere a um conceito inicialmente mobilizado pela geografia, talvez mais propriamente pela geopolítica ou geografia política. O conceito de território define a base física na qual se assentam os dispositivos de poder que permitem a um Estado assegurar a apropriação dos recursos aí disponíveis, ou o “controle político de um dado âmbito espacial” (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

A reflexão antropológica leva a conceber o território como lugar de produção de identidades, ou seja um espaço de referência cultural. Trata-se então de pensar os significados atribuídos ao território por grupos sociais, oferecendo consciência deste espaço e autoconsciência de pertencimento social, identidade vinculada a uma territorialidade.

Paradoxalmente, a atual mobilização do conceito de território se associa com fenômenos de desterritorialização. Os processos sociais contemporâneos (por exemplo, em torno das estratégias das empresas ou da flexibilização do trabalho), favorecendo soluções que parecem desconectar-se de referências territoriais, provocam a emergência de reivindicações com apelo territorial. Nesta linha, podemos observar, de um lado, movimentos nacionalistas ancorados em reivindicações étnicas e territoriais e, de outro lado, demandas por políticas específicas para determinados territórios (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010).

O Ordenamento Territorial portanto, é caracterizado pelo processo de planejamento envolvendo estratégias para resolver distorções, divergências ou mesmo conflitos nas relações entre os atributos ecológicos ou naturais e os

aspectos socioeconômicos, tendo por objetivo o desenvolvimento, com vistas nos dias de hoje à sustentabilidade (SANCHEZ e SILVA, 1995). O ordenamento territorial pode ser interpretado como a ação e efeito de colocar as coisas nos lugares adequados (GROSS, 1998).

Segundo Silva (2007), ordenar o território é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos, um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares em uma trama de relações conflitantes e complementares que os integra, a formação socioespacial e o mundo. O ordenamento do território, também funciona como fonte de recursos naturais e sociais, de apropriação política, simbólica e jurídica da natureza e de arranjos sociais que se transformam ao longo do tempo, pode ser pensada como uma síntese de uma territorialidade desordenada que encerra processos sociais gerais e especificidades das dimensões da sociedade capitalista.

A concepção capitalista de ordem traça uma única verdade reproduzindo no espaço geográfico suas perspectivas de mais-valia. Como consequência, tal como alerta Milton Santos (2003), em geral, não atende as demandas das populações locais. O autor ainda destaca que planejar em uma economia na qual o território é nacional, porém a economia é internacional, subentende não democratizar desejos e muitas vezes necessidades locais.

Silva (2007) sugere que as transformações e imposições das forças capitalistas inserem o território num sistema de ações políticas, ideológicas e simbólicas que demandam uma densidade técnica e informacional de grande dimensão. Afirma ainda que, apesar da premissa de se direcionar mais para a dimensão econômica e política, o ordenamento territorial envolve múltiplas instâncias da sociedade, como a simbólico-cultural, a política, a sociológica e a antropológica, a partir de representações materiais e imateriais que se projetam sobre o espaço, representações estas que reafirmam as práticas de poder e reprodução capitalista no território.

Quando se trata de um ordenamento territorial em área de fronteira agrícola, mas comparável com o território em questão onde a monocultura da cana-de-açúcar prevalece, Milton Santos (2001), afirma que a singularidade dos significados funcionais e simbólicos do território derivam do arranjo das redes funcionais,

econômicas, técnicas políticas e culturais deste espaço utilizado, vivido e instável analisado.

No caso do ordenamento territorial, a meta consiste em compatibilizar as políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. O ordenamento territorial é um instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e especializado da ação do poder público. Ordenar o território implica em analisar questões que envolvem o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões, a melhora da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional do território (SANTOS, 2005).

Com estes pensamentos, o estudo de ordenamento territorial no caso da gestão da APA Perímetro Corumbataí requer uma reflexão sobre as posições e articulação dos agentes envolvidos e sobre os dispositivos disponíveis para orientar a ocupação e uso do solo. A partir disso nos lançamos à análise do ordenamento territorial tendo, notadamente, como preocupação a percepção ambiental dos atores envolvidos no debate sobre a gestão do território sobretudo da Bacia do Rio Corumbataí, em especial na Área de Proteção Ambiental – Perímetro Corumbataí.

Na perspectiva de analisar o ordenamento territorial, torna-se pertinente lembrar do debate sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura, associada à produção de bens públicos, com caráter não comercial. Ou seja, a noção permite realçar o resultado de externalidades positivas da atividade agrícola que beneficiam a sociedade em geral. Nesse enfoque não se deve priorizar na agricultura unicamente a função da produção agrícola e sim outros aspectos como a da preservação ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento territorial, manutenção da cultura e do tecido social. O debate sobre esta noção se inscreve no quadro de reflexões sobre a reorientação das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural a fim de não mais privilegiar somente a produção.

Renato Maluf (2002) examina o debate sobre os meios de promoção das múltiplas funções atribuídas à agricultura, sugerindo que a via de intervenção pública constitui forma muito mais efetiva do que aquela susceptível de ser esperada pelas dinâmicas de mercados. De fato, apenas em casos nos quais haja grande conjunção entre o produto mercadoria e aquele não-mercadoria seria possível conceber a internalização nos produtos mercantis de externalidades positivas na agricultura, o

que permitiria a remuneração destas últimas pelo mercado³. Assim, convém insistir sobre o plano das ações políticas e do interesse público para a promoção da multifuncionalidade da agricultura, entre elas a preservação das florestas e vegetações nativas.

O fato é que estamos diante de uma problemática onde é comprovada a importância da agricultura familiar por todas as qualidades que a acompanha e pelo debate em torno do território, das políticas públicas voltadas para o rural e a utilização dos recursos naturais. Neste debate, existe no âmbito das APAs espaço potencial para a incorporação da noção de multifuncionalidade da agricultura e o seu papel diante da dominação da concepção produtivista de agricultura.

A economia territorial de Bernard Pecqueur (2002) parece fornecer elementos de análise dos mais fecundos para desenvolver um tipo de interpretação pertinente aqui. Este autor aponta para a história particular de um território como fonte de criação de bens e serviços territorializados, ou seja, invenções apoiadas em especificidades territoriais. Estas idéias podem ser interpretadas de tal maneira a propor que a análise dos processos sociais pode se alimentar da identificação dos aspectos reconhecidos, potenciais ou latentes que favoreçam a emergência das singularidades e das tipicidades dos territórios. Quer dizer, trata-se de discutir em que medida os atores locais se mobilizam e se articulam para fazer valer as diferenças, aquilo que lhes torna distintos em relação a outras realidades humanas.

Nossa hipótese admite que o Conselho Gestor difunde idéias e debates favorecendo a reflexividade da sociedade regional. Tais mensagens contribuíram para um olhar mais crítico tal como aquele de uma sociedade de risco (GIDDENS, 1997), mesmo considerando a forte ancoragem de uma perspectiva desenvolvimentista e produtivista.

2.2 A construção da Percepção Ambiental

A percepção ambiental pode ser definida como o produto da reação dos sentidos diante do meio que cerca o indivíduo, considerando também a incorporação da história de seu grupo social de pertencimento, o que implica tomar em conta

³ O exemplo apresentado pelo autor é aquele dos pesticidas nos produtos agrícolas. Práticas orgânicas ou agroecológicas, portanto sem o emprego de agrotóxicos, podem ser identificadas em selos de qualidade que conferem distinção nos mercados agroalimentares.

valores, sentimentos, comportamentos e interações positivas ou negativas. A partir dessa percepção, o indivíduo interage com o mundo, pode influenciar seus pares, intervir no ambiente e participar dos processos de produção de conhecimento e dos exercícios de cidadania política.

O estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. A importância da pesquisa de percepção ambiental para o planejamento e gestão do ambiente foi ressaltada na proposição da UNESCO (1973 apud SOARES, 2005): *“uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.”*

Em termos das orientações de políticas públicas notadamente ambientais, a análise da percepção ambiental em segmentos de opinião objetiva gerar condições que visem equacionar problemas ligados à área ambiental, identificados a partir da análise dos dados da pesquisa (MERIGUETI, 2005). A percepção ambiental pode ser um poderoso componente gerencial, capaz de possibilitar, a partir dos dados obtidos, a estruturação de intervenções nos segmentos analisados e trazer respostas para o processo de gestão do território.

Nesse contexto, nosso objetivo é discutir como os atores ligados ao ordenamento territorial respondem aos problemas ambientais e quais são seus esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Todos os fatos relacionados com a crise ambiental atual foram produzindo uma mudança gradativa na sociedade e nas suas instituições. Porém a velocidade das mudanças depende de como essas informações penetram nas percepções dos indivíduos e como se refletem em suas ações.

As diferentes visões e posturas frente à problemática ambiental decorrem das diferentes maneiras de se compreender a questão ambiental. Diferenças nas posturas são reveladoras de diferentes noções e interpretações científicas sobre o meio ambiente. Nesse sentido, diz Raynaut (2004 apud CORONA, 2006), é preciso reconhecer que o conceito “meio ambiente” diz respeito, em primeiro lugar, à relação homem e meio físico e biótico e, em segundo, que é uma noção multicêntrica. Isso porque, ela se aplica aos diferentes olhares dos especialistas, com diferentes

escalas de espaço e tempo, com vários níveis de organização, entre outros aspectos.

Nesta linha Redclift (1998) enfatiza a maneira como a ciência, como uma produção cultural, origina concepções sobre o meio ambiente. Para o autor, “avaliações ambientais” são orientadas por uma série de compromissos sociais e estas avaliações são utilizadas para se alcançar metas sociais específicas. Desta forma, por exemplo, ao discutirmos os problemas ambientais, não estamos nos referindo apenas a eles, mas sobre seus papéis dentro de um contexto social, muitas vezes influenciado por uma concepção econômica, política ou ambiental dominante (HOEFFEL *et al.*, 2008).

Essas posturas podem ser resumidas como descrito na Quadro 1:

Postura	Pensamento	Descrição
Ausência de consciência em relação às responsabilidades pela poluição	"Nosso negócio é produzir e dar emprego. A poluição não nos diz respeito"	A poluição é um mal necessário, símbolo do progresso tecnológico e elemento obrigatório de suas atividades
Consciência sem comprometimento	"A poluição existe, mas outros devem cuidar dela"	Trata-se de uma atitude reativa: fazer apenas o necessário, para evitar multas e punições; não destinar esforços e recursos para atacar as fontes de poluição.
Comprometimento	"A poluição é um problema que deve ser resolvido por todos nós"	Responsabilidade coletiva gerando ataque diretamente nas fontes geradoras
Sustentabilidade	"Nosso compromisso se estende as futuras gerações. Os recursos naturais não foram herdados por nós, de nossos antepassados, mas tomados emprestados aos nossos descendentes"	Responsabilidade social, ambiental gerando atitudes que promovam suporte e equilíbrio no uso e manutenção dos recursos

Quadro 1 - Posturas e pensamentos frente às questões ambientais

Fonte: MEC. Educação Profissional: Referenciais Curriculares da Educação Profissional. 2000. Com adaptações

O entendimento destas distintas posturas sobre o meio ambiente torna-se, assim, importante na resolução de conflitos que envolvem o planejamento ambiental e a utilização de recursos naturais. Sendo assim, são de grande importância a pesquisa e a caracterização de concepções e formas de pensar sobre o meio ambiente existente dentro de um mesmo modelo cultural, de forma a auxiliar a elaboração de propostas educativas e de política ambientais que auxiliem na construção de sociedades sustentáveis (HOEFFEL et al., 2008).

Leff (2001, p. 21) afirma que “na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social”. Leff (2001) ainda diz que a transição para uma sociedade sustentável será através do investimento dado a educação na interface ambiente/sociedade como forma estratégica para esse processo.

Em nosso trabalho, baseamos este processo de análise da percepção ambiental nas teorias do processo civilizador de Norbert Elias, na noção de *habitus* trazida por Bourdieu e na teoria da sociedade de risco do sociólogo alemão Ulrich Beck. Nossa intenção consiste em insistir na explicação que a construção dos valores que norteiam as percepções estão relacionadas ao processo histórico, as crises ambientais atuais podendo repercutir nas percepções sobre o ambiente.

2.2.1 O processo civilizador de Norbert Elias

Ao tomar o processo de formação histórica da sociedade de corte (mais especificamente o da sociedade francesa, ocorrido entre os séculos XI e XVII) como célula de análise de transformação social ocorrido na longa duração, Norbert Elias desenvolve uma abordagem que considera simultaneamente o plano das mudanças das estruturas das personalidades assim com o plano de modificações macro-sociais. A teoria sobre os processos civilizadores marca o conjunto de sua obra, tendo como uma de suas principais categorias de análise sociológica a interdependência humana. Ela permite o entendimento dos encadeamentos e regularidades que enredam as mais variadas configurações sociais.

Tomando como base o processo de curialização da sociedade francesa, ou seja, aquele de transformação da nobreza guerreira em nobreza de corte – mudança

de figuração decisiva para a compreensão das dinâmicas do Ocidente, associadas à monopolização da violência legítima no âmbito do Estado moderno— Norbert Elias (1994) vai examinar um elenco de modelos de conduta em transformação para posturas e atitudes aos moldes do que conhecemos hoje. Sua teoria permite reconstruir em grande medida as trajetórias do paradigma que orienta o desenvolvimento das sociedades, numa perspectiva que abarca a história da humanidade.

Evidenciando, sobretudo, a natureza bifronte da nobreza cortesã, Elias chama atenção para os modelos de conduta dessa camada social. A nobreza de corte tinha sua especificidade por preservar em sua constituição características da nobreza guerreira provinciana ao mesmo tempo em que era obrigada a assumir modelos de conduta altamente coercitivos, típicos das regras de etiqueta e civilidade da corte. Aí surge o seu conflito peculiar.

A sociedade de corte segue então modelos de conduta regulados por um elevado grau de contenção dos afetos, onde cada passo, cada gesto era milimetricamente regido por regras específicas e, assim, ela era privada em seus valores mais essenciais: a vida livre e simples do campo e a liberdade das paixões. Nesse movimento, posições e funções vão sendo redefinidas, valores e sentimentos sofrem reformulações e os indivíduos envolvidos em tais mudanças se vêem frequentemente perdidos, agredidos em suas crenças mais profundas e essenciais. (ELIAS, 2001)

De acordo com o autor, as coerções sociais incorporadas pelos indivíduos de uma sociedade de corte são significativas para a compreensão dos impulsos de distanciamento. A economia das paixões vivenciada pelos indivíduos das elites de corte, hiper-representada por máscaras que lhes distinguem socialmente, vão contribuir definitivamente para o distanciamento dos homens em relação à natureza, em relação aos outros homens e, sobretudo, em relação a si mesmos. Conjugada a uma nova forma de pensar, surge também uma nova forma de agir, uma nova conduta, uma nova estrutura de sentimento, que se apresentam como sendo sua segunda natureza.

O desenvolvimento deste processo leva, para nossos propósitos, a pensar nas questões ligadas à preservação do meio ambiente. Em especial, há a disseminação do pensamento segundo o qual agricultura e vida no campo constituem algo atrasado, o comportamento camponês visto como padrão a ser superado. Em seus

estudos sobre os manuais de etiqueta, o autor destaca esta visão sobre as formas grosseiras, ou incivilizadas, de comportamento, que são freqüentemente associadas à vida camponesa: “os que levantam e fungam repugnantemente sobre os pratos, como se fossem suínos, pertencem à classe dos animais do campo” ou “mergulhar no molho o pão que mordeu é comportar-se como um camponês...” (ELIAS, 1994). Este tipo de desprezo para os homens do campo leva com efeito a ver na industrialização, mais tarde, como uma maneira de “civilizar” a agricultura, ou conquistar o “progresso” de uma nação.

A propósito, Elias toca em ponto relevante: com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza, a qual se refere para tratar das mudanças na estrutura da personalidade. Portanto, podemos assinalar aqui que sua teoria permite reforçar a idéia de que as percepções de um indivíduo sob determinado assunto se associam a este processo de formação da sociedade (com incorporação individual de regras, valores e crenças sociais), refletindo em suas ações. Portanto, estas formulações de Norbert Elias são muito fecundas para examinarmos a percepção dos indivíduos engajados no debate em torno do ordenamento do território.

2.2.2 A noção de *habitus* em Bourdieu

No trabalho de Pierre Bourdieu (2001), encontramos uma renovação sociológica do conceito, delineado para transcender a oposição entre objectivismo e subjectivismo: o *habitus* (conceito discutido também por Elias) é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna interiorizada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.

A relação entre *habitus* e prática se torna evidente porque ambos provocam ações na sociedade. O *habitus* trabalha com as probabilidades e possibilidades de ação, é inconsciente e se expressa através de diversas formas, seja no estilo de

vida, nos gostos, nas maneiras de fazer as coisas, ou seja, orienta a ação humana. Na verdade, ele abrange uma multiplicidade de relações, notadamente, a prática social.

O conceito de *habitus* tem algumas características importantes: a primeira consiste em registrar a influência de diferentes ambientes, a segunda disposição se refere ao grau de interação (e para isso ele depende do caráter e da compatibilidade das situações sociais que o produzem ao longo do tempo), a terceira característica enfatiza que o conceito serve tanto para analisar crise e mudança, quanto, coesão e perpetuação (pelo fato do *habitus* não estar necessariamente de acordo com o mundo social no qual está inserido) e, a última característica, enfatiza que o *habitus* não é um mecanismo auto-suficiente para a geração da ação. Ele opera como uma mola que precisa de um “gatilho externo” e que, portanto, não pode ser tratado isoladamente dos mundos sociais específicos ou campos nos quais evolui.

Compreendendo o conceito *habitus* dessa forma, percebemos que ele apresenta-se como produto da história que orienta as práticas individuais e coletivas. Ou seja, o *habitus*, na sua complexidade, contempla tanto os aspectos subjetivos quanto os objetivos, apresentando-se como produto da história.

O *habitus* constituem princípios de um arbítrio cultural, principalmente na sua acepção de cultura prática: é o sentido prático, o saber prático, evoluindo estrategicamente segundo uma lógica prática entre a acumulação de capital cultural e a legitimação social. Nesse sentido, as experiências da vida social são interpretadas, julgadas e assimiladas indicando com este filtro, aos indivíduos as melhores respostas e atitudes em relação às condições objetivas dadas.

As práticas sociais não são dotadas de absoluta regularidade e possuem um determinado grau de autonomia, pois é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*.

Tal como Norbert Elias (Sociedade dos Indivíduos) a partir do conceito de *habitus*, Bourdieu (2007) procurou dissolver a antinomia teórica entre indivíduo e sociedade ao estabelecer que o individual, o pessoal e o subjetivo também são social e coletivo. Em outros termos, o *habitus* nada mais é que uma subjetividade socializada. É importante sublinhar que a incorporação do *habitus* pelo agente se dá a partir de sua inserção e participação num dado campo de atuação e interação, formado por agências sociais específicas, tal com o campo científico ou político

Segundo Bourdieu, a história do campo é a história de suas lutas, ou seja, os agentes e agências se encontram numa competição contínua para determinar as regras responsáveis por regê-lo e ordená-lo. A vitória nessas contendas implica acumular bens simbólicos, como o prestígio, o reconhecimento e o sucesso.

2.2.3 O risco e a modernização reflexiva

As reflexões desenvolvidas na obra *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, por Anthony Giddens e por Ulrich Beck (1997), questionam nosso momento histórico e apresentam propostas para a caracterização de nosso tempo.

Conforme Giddens (1997), o momento atual de desenvolvimento das sociedades aponta para uma grande mudança, pois estamos diante de uma modernidade que é tensionada por seus próprios resultados e que agora leva à preocupações com suas realizações e seus avanços. O conceito de *Modernidade Reflexiva*, desenvolvido sob os pontos de vista de Giddens e Beck, oferece um elemento explicativo para questões essenciais emergentes nas ciências sociais: a interação do homem com a natureza, ou mais precisamente a transformação da natureza pela ação humana.

Para Giddens (1997), a reflexividade provoca mudanças bruscas em práticas sociais, que são constantemente examinadas à luz de estudos e reflexões sobre as próprias práticas. Neste sentido, os riscos gerados pelo próprio desenvolvimento lançam problemas antes desconsiderados. Questões como, por exemplo, a degradação do meio ambiente, são capazes de colocar em risco toda a sociedade e afetam a todos indistintamente. Neste ambiente incerto, cada indivíduo do grupo social se vê diante da socialização dos riscos, independente da ação individual.

Nesta mesma ótica, Beck (1997) caracteriza esta sociedade como sendo uma *sociedade de risco*, atribuindo-lhe também a condição de autocrítica, visto que os riscos geram multiplicidade de opiniões e sentimentos sobre os mais variados assuntos, inclusive aqueles do medo e da ameaça.

Estes autores querem dizer que as sociedades modernas chegaram a um ponto no qual são obrigadas a refletir sobre si mesma, desenvolvendo uma capacidade de repensar retrospectivamente sobre si mesma. O aparecimento da sociedade de risco estimula uma nova percepção da sociedade moderna, que se

sente obrigada a refletir sobre sua situação e seu desenvolvimento, tendo agora uma missão de formular questões do presente e do futuro. Com efeito, a sociedade de risco envolve decisivamente também as ameaças provenientes da crise ecológica, que são claramente danosos nas suas origens e conseqüências.

Embora de diferentes formas, Beck e Giddens constroem, em suas análises, reflexões e propõem elementos para a apreensão da crise atual, que tem a marca da desordem ecológica, apontando para um tensionamento entre o agravamento desse cenário perturbador e o desenvolvimento de uma consciência coletiva e individual, que poderá influir em novos caminhos para a sociedade.

Com estas referências nosso trabalho se interessa por saber a seguinte questão: qual a conseqüência do reconhecimento da sociedade de risco para uma ação no plano da gestão territorial, considerado na reflexão a incorporação da questão ambiental no plano da estrutura social e dos indivíduos? A hipótese que podemos desenvolver, graças aos sociólogos mencionados, é que quanto maior modernização, maior capacidade reflexiva dos indivíduos para entenderem sua realidade e responderem de forma mais conseqüente. O debate em torno do território torna-se então um instrumento valioso para a reflexão sobre estratégias e iniciativas, considerando até que ponto há uma mudança na compreensão dos problemas e formas de solucioná-los.

Assim podemos admitir que a consciência dos riscos sócio-ambientais derivados da alta modernidade abre possibilidades para o diálogo, baseadas no entendimento de que os homens podem optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do plano local ao global, em direção a um projeto de sociedade baseado na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social. Nesta ótica, cada vez mais a sociedade, sob a perspectiva da sustentabilidade, será, portanto, mais reflexiva, mais dependente do conhecimento gerado e socializado. Esta reflexão nos ajudou a construir a hipótese levantada na introdução.

Por outro lado o investimento na educação na interface natureza/sociedade torna-se estratégico na construção de um projeto de sustentabilidade. Ou de outra forma, “a educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável” (LEFF, 2001).

É desta construção teórica, que foi elaborada nossa hipótese: o processo de “modernização reflexiva” marca, portanto, um novo modo de apreender o perigo, doravante conceituado como *risco*, ou seja, uma combinatória de probabilidades de

ocorrência de situações potencialmente perigosas. Esta concepção somente adquire sentido na medida em que tem como pressuposto um sujeito autônomo e responsável, capaz de identificar riscos e, a partir daí, orientar suas escolhas e estilos de vida a fim de evitá-los. Isto porque, embora os riscos sejam cada vez mais compreendidos segundo uma perspectiva globalizada, não localizada, a responsabilidade pelo “saber enfrentar riscos” é cada vez mais colocada no nível da “consciência individual”.

Entendida como um programa forte de individualização, a *Sociedade do Risco* mantém o investimento na possibilidade de um sujeito autônomo e livre para “estar em oposição heterodoxa às conseqüências distópicas da modernização” (LASH, 1997). Para Giddens, a atividade reflexiva implica interação e confiança cada vez maiores em sistemas abstratos, sendo tal interação decisiva para a “domesticação do risco”. Já Beck aposta na possibilidade de o sujeito se libertar dos sistemas tecnológicos e, assim, habilitar-se a enfrentar os riscos. Para Veyret (2007), os atores da sociedade têm, então, um papel preponderante: desencadear alertas, denunciar os perigos para fazer nascerem os debates públicos e também estabelecer responsabilidades.

A partir destas reflexões sobre a construção da percepção, e neste caso, da percepção ambiental, os trabalhos em torno dos fóruns e espaços de discussões sobre as ações e políticas públicas que interferem no ordenamento e gestão do território, mais especificamente no Conselho Gestor da APA Corumbataí, são aqui observados com um olhar analítico que se apoiará nos discursos e debates gerados em torno deste território descrito abaixo.

3 METODOLOGIA

3.1 Descrição do objeto de pesquisa: A Bacia do Rio Corumbataí

Pertencente à Bacia do Rio Piracicaba, a sub-bacia do rio Corumbataí é de grande importância para o desenvolvimento de muitos municípios importantes do Estado de São Paulo.

A Bacia do Rio Corumbataí possui 1.710 km² (171.000 ha) de área de drenagem e esta localizada no Centro Oeste de São Paulo. Abrange oito municípios sendo eles, Analândia, Corumbataí, Rio Claro, Itirapina, Ipeúna, Charqueada, Santa Gertrudes e Piracicaba. A altimetria varia de 470 m no encontro com o Rio Piracicaba e até 1.058m no Morro do Cuscuzeiro, no município de Analândia (IPEF e SEMAE, 2001).

Com água de boa qualidade, mas cada vez mais ameaçada, representa alternativa de abastecimento de muitos municípios, como por exemplo, Piracicaba que desde o ano 2000 capta água do rio Corumbataí. A perda de qualidade e de problemas de manutenção de vazão regular dificulta a captação de água do rio Piracicaba para abastecimento público. Todavia, a bacia hidrográfica do rio Corumbataí vem sendo ocupada de forma desordenada, com reflexos já sentidos na qualidade das águas e na degradação do ambiente e seu entorno (TAUK-TORNISIELO, 2008).

O rio Corumbataí nasce no município de Analândia e seus principais afluentes são os rios Passa Cinco, Cabeça e Ribeirão Claro. O IPEF e SEMAE (2001) definiram cinco sub-bacias dentro da bacia hidrográfica do Rio Corumbataí, sendo elas : Alto Corumbataí com 31.801,68 ha, Passa Cinco com 52.757,60 ha, Médio Corumbataí com 29.316,60 ha, Ribeirão Claro com 28.174,90 ha e a do Baixo Corumbataí com 28.724,84 ha. A bacia do rio Corumbataí é estadual e seus municípios estão inseridos no Comitê de Bacias dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiaí, da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHI) 05 do Estado de São Paulo.

Outra característica importante da Bacia do Corumbataí é a existência de “cuestas basálticas”, “morros testemunhos”, recursos hídricos superficiais, ponto de

recarga do aquífero Guarani, remanescentes de vegetação nativa e patrimônio arqueológico. Características que motivaram a criação da APA Corumbataí.

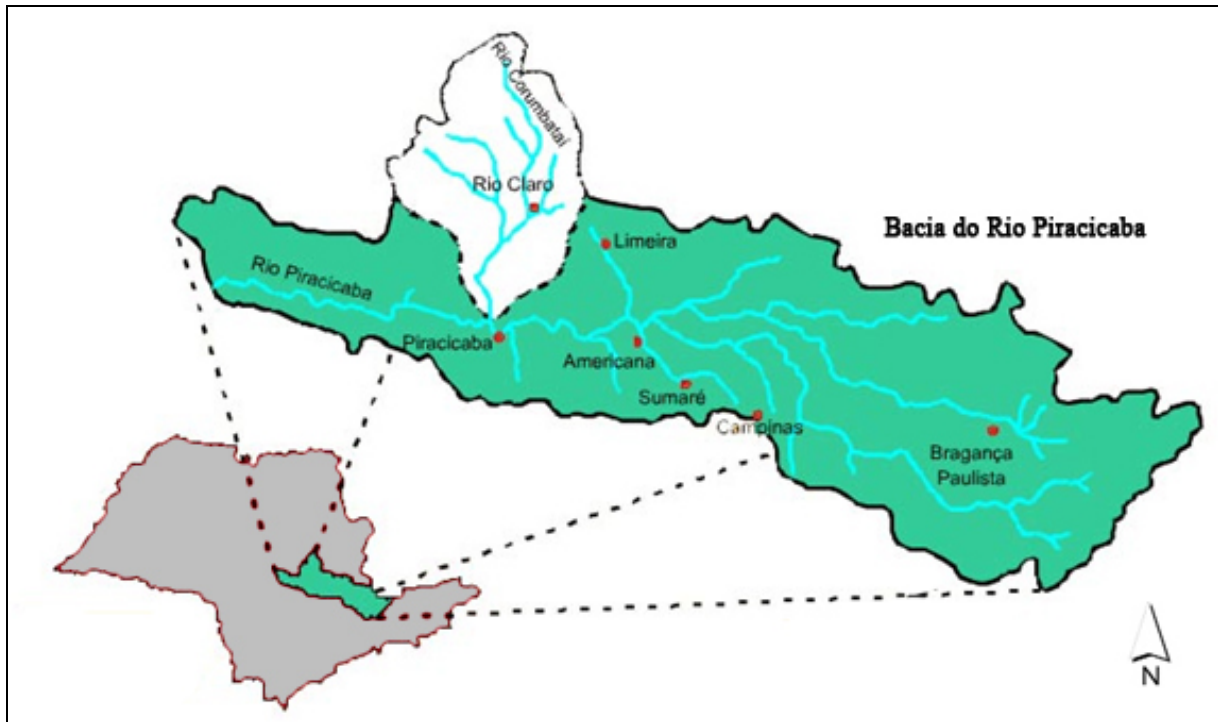


Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba
Fonte: Atlas Ambiental da Bacia do Corumbataí (CEAPLA, 2010).

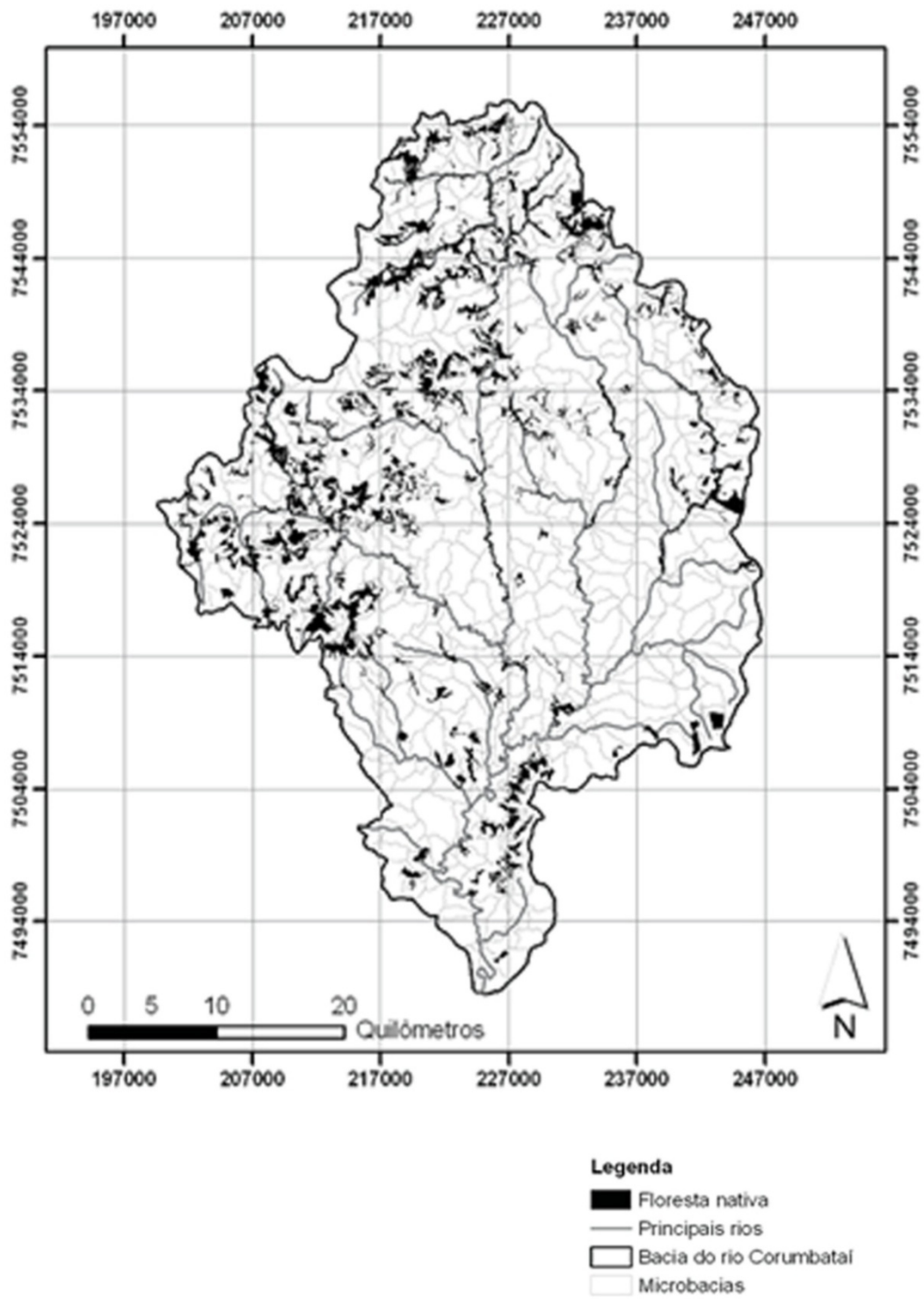


Figura 2 - Bacia do Corumbataí
Fonte: FERRAZ et al. 2009

3.2 Principais formas de organização política na Bacia do Corumbataí

Inicialmente, podemos lembrar que Aristóteles, no séc. 4 a.C., foi o primeiro filósofo a desenvolver um tratado sobre o tema, intitulado *Política*. Nele o autor refere-se à política como a arte ou a ciência do Governo e apresenta uma tipologia sobre as diversas formas de governar a *pólis* (a cidade).

Na modernidade, o conceito de política está estreitamente vinculado ao de poder, que pode ser visto como a capacidade de influência sobre outro para que tenha uma ação antes não desejada. No contexto das políticas públicas, a política é entendida como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos (RODRIGUES, 2010).

Segundo Rodrigues (2010), política pública “é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Podemos dizer que as políticas públicas são desenhadas por atores políticos que, ao exercerem suas funções, mobilizam os recursos necessários para realizá-las. Os atores políticos podem ser individuais ou coletivos e públicos ou privados.

Dentro da região de abrangência da Bacia do Rio Corumbataí existem diversas formas de articulação políticas, sendo que as que mais se destacam em termos de incumbências sobre o ordenamento territorial, são citadas á seguir. Neste trabalho nosso interesse está pautado nos fóruns de discussões com vista a uma análise sobre a participação, posturas e debates sobre o ordenamento territorial da região. Para tanto, apesar de citarmos as principais formas de articulação nossos esforços foram empregados no acompanhamento do Conselho Gestor da APA Corumbataí que neste momento encontra-se em fase de extrema importância com a implantação do Plano de Manejo desta área e onde o espaço para o debate se encontra potencialmente aberto a um amplo leque de atores.

3.2.1 O Comitê PCJ

Em 1991 o Estado de São Paulo instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e os seus princípios, além de diretrizes para atualização periódica do Plano

Estadual. A lei que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos também adequou a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), com a participação de representantes de Secretarias de Estado, representantes dos municípios e representantes de entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de recursos hídricos. Igualmente, criou mecanismos financeiros necessários à implementação dos planos de bacias e ao suporte dos comitês e do próprio sistema, através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Com o propósito de melhorar a utilização dos recursos hídricos surgiu em São Paulo um movimento baseado no modelo francês de gerenciamento de comitê de bacia hidrográfica, onde todas as camadas da sociedade são envolvidas e participam do fórum de discussão. A partir dessa experiência, foi criada a Lei N.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, mais conhecida como a Lei das Águas, que institui no Brasil a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas como forma de gerenciamento dos recursos hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Esta política tem como base os seguintes fundamentos: a alocação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento; o reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável e de seus usos múltiplos, que por consequência quebra a hegemonia do setor elétrico sobre os demais usuários; o reconhecimento do valor econômico da água, indutor do uso racional desse recurso natural, dado que serve de base à instituição da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, e a gestão descentralizada e participativa (Poder Público, usuários e comunidade).

Por outro lado os comitês são colegiados compostos por representantes de municípios (prefeitos), de órgãos estaduais e de entidades representativas da sociedade civil (ONGs, universidades, associações) em igual número, garantindo os mesmos direitos e o poder de deliberar na tomada de decisões, por isso, os comitês de bacia são considerados “o parlamento das águas”.

Possuem atribuições de promover o debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia, articular e integrar a atuação das entidades que trabalham com este tema, resolver conflitos relacionados a esses recursos naturais, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover a divisão dos custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

O comitê PCJ nasce na intenção de permitir a participação da sociedade organizada nestes debates. Trata-se de conceber uma gestão na qual aqueles que convivem em determinado meio possam interferir nas escolhas públicas de medidas e ações prioritárias com vistas ao desenvolvimento econômico e social, preservando a qualidade ambiental, notadamente no que se refere à água. Para tanto, o comitê PCJ tem como instrumento o Plano de Bacias, que orienta os estudos e projetos que possam melhorar as condições de saneamento, saúde e preservação do ambiente.

Em 1989, antes mesmo da promulgação da política paulista de recursos hídricos, é criado o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, movimento independente sustentado financeiramente com a contribuição das prefeituras dessas bacias hidrográficas. É aprovada a criação do grupo de trabalho entre o Estado e o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari, para estudar e propor formas de atuação integrada, além de um programa de financiamento junto a agentes internacionais e ao governo federal.

A primeira fase dos trabalhos deste grupo se constituiu na realização de inúmeras reuniões, com diferentes agentes envolvidos. Tratou-se de: divulgar a Lei 7.663, colher subsídios para os trabalhos de confecção da minuta de Estado do Plano de Bacias Hidrográficas, além de realizar reuniões mais amplas, com a participação de representantes da sociedade civil. É dessa forma que foram sendo gradativamente construídos os primeiros artigos da minuta do Estatuto do Comitê de Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Num primeiro momento, a própria equipe base efetuou o aperfeiçoamento da minuta elaborada e, num segundo momento, os municípios, o Consórcio Intermunicipal, Estado e a sociedade civil foram também envolvidos.

Em 18 de novembro de 1993, o Comitê de Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí foi instalado na Câmara Municipal de Piracicaba, com a cerimônia de posse de seus membros e eleição, pelos mesmos, do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário Executivo. Por unanimidade, foram aprovados, seu estatuto, o Plano de Bacias e a proposta de criação da Agência de Bacia.

No caso do Comitê PCJ (Figura 3), a Secretaria Executiva é responsável por operacionalizar os recursos do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e a Agência de Água PCJ se incumbe pelos recursos originários da Cobrança pelo Uso da Água em rios de domínio da União. Esses recursos financeiros devem ser destinados à gestão dos recursos hídricos, projetos, serviços e/ou obras,

reembolsáveis ou a fundo perdido, desde que os mesmos estejam de acordo com os critérios técnicos estabelecidos e aprovados no âmbito dos Comitês PCJ (Federal e Estaduais).

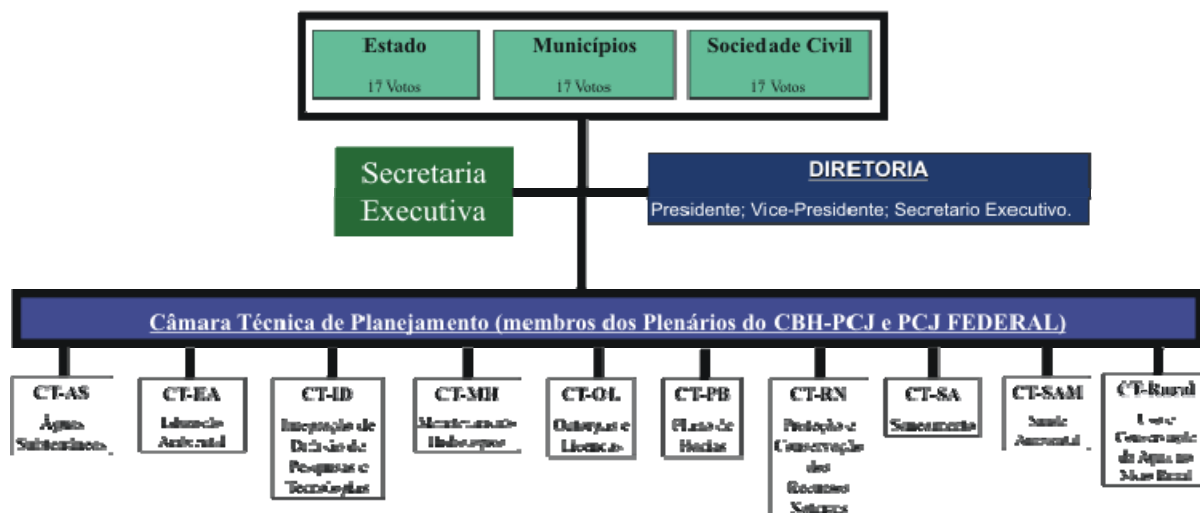


Figura 3 - Organograma Estrutural do Comitê de Bacias Hidrográficas PCJ
Fonte: Comitê PCJ, 2009

Para a divisão dos recursos, os Comitês PCJ devem seguir as diretrizes descritas no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), instrumento definido na Política Estadual de Recursos Hídricos. Como mencionado acima, os Comitês de Bacias elaboram seus Planos, cuja finalidade é realizar diagnósticos e prognósticos de seus recursos hídricos, apontando as soluções específicas que cada Comitê deve adotar de modo a resolver os principais problemas locais.

Instrumento de gestão quadrienal, o Plano de Bacias Hidrográficas estabelece as metas de curto, médio e longo prazo a partir dos diagnósticos de situação. No período de 2004 a 2011, os projetos contemplados no primeiro quadriênio (2004 a 2007), a ênfase foi dada a empreendimentos voltados ao tratamento de água e esgoto e controle de perdas. Porém, outros projetos também foram atendidos como, por exemplo, aqueles que visam a criação de base de dados, cadastros, estudos e levantamentos, aqueles de Conservação e Proteção dos Corpos D'água, de Promoção e Uso Racional dos Recursos Hídricos, de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos, de Prevenção e Defesa Contra Eventos Hidrológicos Extremos e

também projetos de Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social (IRRIGART, 2007).

No segundo quadriênio (2008 a 2011), os programas de investimento se orientam por uma linha de gestão e educação dos recursos hídricos, tais como água limpa, recuperação de matas ciliares, proteção aos mananciais do consórcio PCJ e conservador das águas (STS, 2008).

Em nosso plano metodológico de pesquisa, consideramos a possibilidade de estudo aprofundado do PCJ em razão de sua vocação para a participação social e para o ordenamento territorial. No entanto, como as iniciativas mais interessantes, na ótica de nosso projeto, eram embrionárias neste caso, passamos a lançar luzes sobre outros colegiados, considerando enfim os trabalhos em torno da APA Corumbataí como mais pertinentes para esta pesquisa.

3.2.2 A APA Corumbataí

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) são consideradas Unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes em determinado território. Portanto, vincular a melhoria da qualidade de vida da população local com a proteção dos ecossistemas regionais. Podem ser instituídas por lei ou decreto de nível federal, estadual e municipal, nos espaços onde: “a existência de características biológicas, ecológicas e paisagísticas recomendam a proteção, concomitantemente com as condições de ocupação humana ou da utilização que impossibilite o estabelecimento de outra categoria (de unidade de conservação) mais restritiva” – Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981.

Estas últimas se inscrevem no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o tema em função do previsto na Constituição do país. Trata-se de assegurar o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2000).

Assim, o SNUC tem como objetivo contribuir notadamente para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas

jurisdicionais, assim como proteger e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais. A promoção do desenvolvimento sustentável é um pilar da concepção de conservação da natureza deste sistema.

Estabelecendo diretrizes para a criação, gestão e manejo de Unidades de Conservação (UC), o SNUC divide estas aqui em dois grandes grupos, aquelas de proteção integral e aquelas de uso sustentável. A Área de Proteção Ambiental (APA) se enquadra neste último grupo cuja implantação prevê a elaboração de um plano de manejo, considerando evidentemente a ocupação humana existente.

Segundo o Artigo 15, "caput", da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Áreas de Proteção Ambiental são definidas como unidades de conservação dotadas de atributos bióticos, abióticos, estéticos, ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações, destinadas a proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Em teoria, dentro da APA a ocupação e atividades antrópicas devem ser adequadas e compatibilizadas ao uso sustentável dos recursos naturais, mantendo-se a propriedade privada da terra e a jurisdição municipal sobre elas.

Na Bacia do Rio Corumbataí existe "cuestas basálticas", "morros testemunhos", recursos hídricos superficiais e pontos importantes de recarga do aquífero Guarani, os remanescentes de vegetação nativa e o patrimônio arqueológico de grande interesse público, características que motivaram a criação da APA Corumbataí através do Decreto Estadual nº 20.960, de 8 de junho de 1983.

De acordo com o decreto, o estabelecimento de uma APA nesta região tem como objetivo impedir em especial atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas, o solo e o ar, a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais que alterem as condições ecológicas, o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento nas coleções hídricas, o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da flora e da fauna local.

Fazem parte da APA Corumbataí os seguintes municípios: Analândia, Barra Bonita, Brotas, Charqueada, Corumbataí, Dois Córregos, Ipeúna, Itirapina, Mineiros do Tietê, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manoel, São Pedro e Torrinha. Este território é formado por cerca de 272.262,09 hectares e se localiza no

Meio Oeste Paulista, seu bioma principal é o de Mata Atlântica, com enclaves de Cerrado (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

A APA, enquanto Unidade de Conservação de Uso Sustentável como mencionado acima, deve ser vista como instrumento de proteção e conservação dos atributos naturais, paisagísticos e culturais do Estado, coexistindo com as atividades socioeconômicas urbanas e rurais. Portanto, trata-se de uma zona onde permanecem áreas e atividades privadas. Porém, os objetivos das APA levam a exigências de adequação do desenvolvimento das atividades econômicas, a fim de conciliá-las com a preservação, visando notadamente o cumprimento da função social, prevista na Constituição Federal de 1988, das propriedades fundiárias. No artigo 187 dispõe que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

Por outro lado, considerando que o território da APA é constituído por áreas particulares e não apenas públicas, como nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, a participação social se torna de extrema relevância para o planejamento ambiental e gestão de conflitos, em particular no que se refere ao reconhecimento e valorização das tipicidades locais. Se as APAs são unidades de conservação nas quais há tentativa de convívio de propriedade particular e gestão pública e social do território, é oportuno também mencionar que a concepção predominante de propriedade particular no Brasil leva a uma restrição da capacidade de intervenção do Estado no âmbito fundiário e no ordenamento territorial, limitando em muito o planejamento do uso das áreas para conservação do ecossistema.

De todo modo, para que ocorra um desenvolvimento sustentável na APA, são prescritas gestões partilhadas do Estado com a sociedade civil, pressupondo a participação da população envolvida. As APAs representam, em última análise, uma mudança considerável na forma de abordagem do problema do desenvolvimento, incorporando, em princípio, as questões ambientais e a participação democrática no cerne da ocupação territorial e dos projetos de desenvolvimento. Vale a pena indicar que, no campo do desenvolvimento rural, estes dispositivos inovadores se instauram ao lado de políticas orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

3.2.2.1 O Conselho Gestor da APA Corumbataí

No Decreto Estadual nº 48.149, de 9 de outubro de 2003, o Governo do Estado de São Paulo, dispôs sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental. Neste decreto é estabelecido que cada APA será regida por apenas um Conselho Gestor com a possibilidade de que em APAs com perímetros sobrepostos ou contíguos poderá ser constituído um único Conselho Gestor abrangendo duas ou mais unidades de conservação.

No Estado de São Paulo, o Conselho Gestor de Área de Proteção Ambiental tem caráter consultivo e objetiva promover o gerenciamento participativo e integrado da área, bem como implementar as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de proteção do Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Além disso, o Conselho Gestor deve também promover a articulação dos órgãos públicos (municipais e estaduais), organizações não governamentais, população residente, iniciativa privada e Comitês de Bacia Hidrográfica, para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes na APA.

No caso do Conselho Gestor, sua composição toma em conta uma distribuição das cadeiras, para os membros titulares, entre representantes do Governo do Estado, municípios e sociedade civil conforme quadro (Quadro 2) abaixo:

Segmento	Instituição
Representantes do Governo do Estado de São Paulo - Gestão 2009/2011	Fundação Florestal - Regional de Botucatu
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Centro Técnico Regional de Bauru
	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - Regional Agrícola de Piracicaba
	Secretaria de Estado do Desenvolvimento
	Secretaria de Estado de Saneamento e Energia - Unidade de Piracicaba
	Secretaria de Estado da Educação - Região Jaú
Representantes da municipalidade - Gestão 2009/2011	Prefeitura de Itirapina
	Prefeitura de Rio Claro
	Prefeitura de Dois Córregos
	Prefeitura de Torrinha
	Prefeitura de São Carlos
Representantes da sociedade civil organizada - Gestão de 2009/2011	Prefeitura de Barra Bonita
	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP – Diretoria Regional de São Carlos
	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP – Diretoria Regional de Piracicaba
	Colônia de Pescadores Profissionais Z-20 Barra Bonita
	Movimento Terra e Cidadania – MTC
	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas - SINERGIA-CUT
	Teia – Casa de Criação
	Associação dos Proprietários de Imóvel no Broa APIB
	Instituto de Biociências (IB-UNESP - Rio Claro)
	Centro de Pesquisa Mokiti Okada
	Movimento de Ação Ambiental Bicho do Mato
Associação de Proteção Ambiental de São Carlos – APASC	
Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí – IPSA Corumbataí	

Em julho de 2011, o Termo de Referência (TdR), para a confecção do futuro Plano de Manejo da APA Corumbataí, foi concluído. No desenvolvimento deste TdR, a participação dos Conselheiros foi essencial, além de contar com muitos profissionais, como o caso de nosso grupo de pesquisa sobre as Políticas Públicas para o Ordenamento Territorial na ESALQ/USP, que ajudaram em sua construção. O objetivo do TdR é otimizar o tempo de trabalho da empresa contratada, apontando para itens considerados essenciais para o Plano de Manejo da APA no que diz respeito as diversas modalidades de conhecimento, além de um levantamento de material de referência para os estudos de fauna, flora, socioeconômico, topográficos, históricos e culturais, materiais que apresentam dados já colhidos pelas universidades e centros de pesquisa espalhados dentro da APA Corumbataí. A propósito, segundo informações do próprio Conselho, trata-se de umas das regiões mais pesquisadas devido à sua localização geográfica e presença de inúmeras instituições de pesquisa. Vale insistir que essa metodologia, além de ser uma forma de otimizar o tempo, também aproveita e valoriza as pesquisas e as instituições que se situam no território da APA, ampliando potencialmente o interesse da sociedade civil neste processo de implantação do Plano de Manejo.

Desta maneira, é possível, em princípio, considerar que há interesse em disseminar o caráter participativo da gestão da APA no perímetro Corumbataí. A elaboração do plano de manejo foi precedida por medidas destinadas a mobilizar a fração da sociedade local mais engajada nos processos de preservação a fim de colaborar no processo de levantamento das informações e na identificação das parcerias que pudessem contribuir para a implantação. De fato, existe intenção de, durante o processo de elaboração efetiva do plano, organizar oficinas temáticas em diferentes comunidades situadas no perímetro da APA. Portanto, o termo de referência aponta para uma maior participação da população no debate em torno do manejo do desenvolvimento e da preservação no âmbito da APA Corumbataí.

3.3 Sobre a pesquisa

A importância do estudo das percepções sobre o meio ambiente é realçado por Hoeffel (1999) na medida em que elas norteiam o uso de recursos naturais e suas

implicações ambientais. Essas concepções podem fundamentar tanto ações reparadoras de impactos já detectados, quanto o planejamento e implantação de atividades e políticas ambientalmente adequadas e sustentáveis. Mas podem implicar também mais degradação ambiental, caso os filtros perceptivos (sociais e históricos) bloqueiem seu reconhecimento.

Para Redclift (1998), é importante investigar as semelhanças e diferenças entre valores e significados atribuídos, por diferentes indivíduos, a fenômenos sociais e ambientais dentro de vários contextos. Estas análises podem auxiliar na compreensão das razões pelas quais certas políticas de intervenção não resolvem adequadamente os problemas sociais e ambientais que prometem solucionar. O reconhecimento destas distintas concepções sobre o mundo natural torna-se, assim, extremamente relevante na elaboração de modelos e políticas de desenvolvimento e pode auxiliar na caracterização e resolução de conflitos que envolvem o planejamento ambiental, educação ambiental e a utilização de recursos naturais.

Para esta pesquisa, optou-se pelos trabalhos em torno da APA Corumbataí – Botucatu – Tejuapá, Perímetro Corumbataí, ou simplesmente APA Corumbataí (Figura 4) em especial pelo desenvolvimento e processo de criação e implantação do Plano de Manejo e do Conselho Gestor da APA. Nos últimos anos, há uma reativação dos instrumentos e instâncias de gestão no âmbito das APAs estaduais, o que favoreceu esta escolha, baseada na importância que tal processo tem ganho na região pertencente, em maior parte, à grande Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.

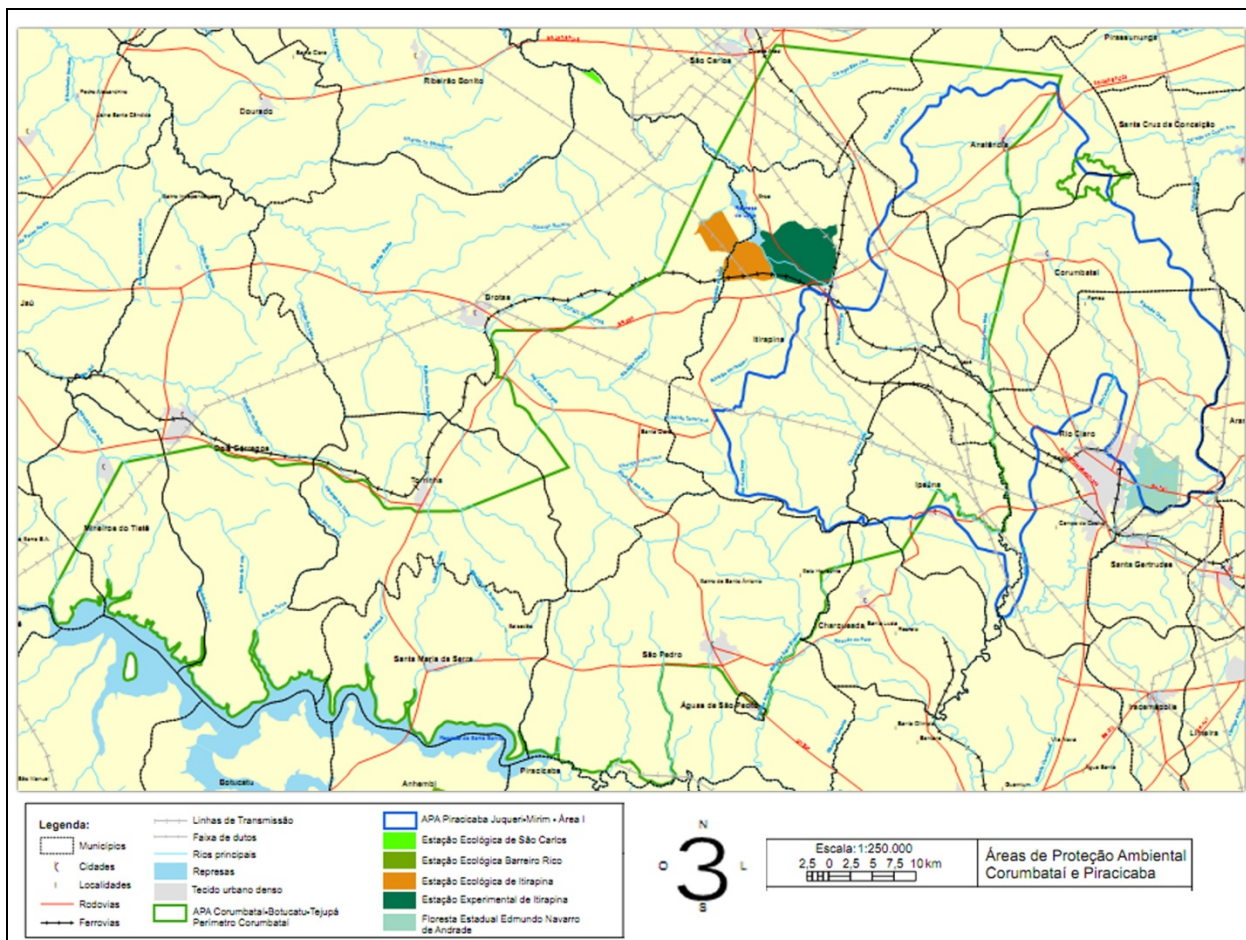


Figura 4 - Área de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba
 Fonte: Fundação Florestal, 2010

De fato, vários estudos (NEGRI, 1992; VIADANA, 1992; KOFFLER, 1994; ZAINÉ e PERINOTTO, 1996; PALMA-SILVA e TAUKE-TORNISIELO, 2001) apontam que grande parte dos problemas de qualidade e de quantidade de água existente na bacia hidrográfica é reflexo da ocupação antrópica, marcada pela conturbação de áreas, presença de extensa malha viária, desenvolvimento econômico acelerado e ausência de boas práticas de conservação do solo e de planejamento adequado. Neste sentido, o Conselho Gestor da APA Corumbataí se apresenta como uma resposta para uma gestão mais racional do espaço, a fim de manter notadamente uma razoável qualidade das águas. Sua missão é realizar um planejamento do uso do solo a fim de evitar o agravamento dos problemas ambientais.

Nesta ótica, um fórum de discussões e tomada de decisões irá nortear o uso e ocupação do solo, ou seja, seu ordenamento. O Conselho Gestor é, portanto, o local de participação voltado para a implantação de normas e diretrizes para esta região.

Por se tratar de uma APA, ou seja uma unidade de conservação de uso sustentável, toda atividade desenvolvida em seu território será sujeita ao Plano de Manejo em vias de elaboração.

Vinculado ao Sub-projeto “Políticas Públicas de Ordenamento Territorial” do Projeto de Pesquisa apoiado pelo BIOTA/FAPESP intitulado como “Mudanças Socioambientais no Estado de São Paulo”, a pesquisa foi efetuada em três partes. A primeira consiste em uma parceria com a Fundação Florestal, mais especificamente com o Conselho Gestor da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá. Tratou-se a aplicação de um questionário desenvolvido no âmbito da Fundação Florestal, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos de seus conselheiros.

Este referido questionário foi aplicado aos membros do Conselho Gestor durante o ano de 2010. Quando não foi possível um contato face a face, o preenchimento se deu eletronicamente. Composto por representantes da sociedade civil, da municipalidade e do estado, o Conselho Gestor conta nos dias de hoje 22 cadeiras entre titulares ou suplentes, o que não significa que todos participam das reuniões periódicas do conselho. O questionário, não obrigatório, foi respondido por boa parte dos Conselheiros, contabilizando 12 conselheiros respondentes

A pesquisa se valeu igualmente da observação participativa. Observar é um dos meios mais utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender o mundo que o cerca. Na observação participativa, o pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos (RICHARDSON, 1999).

A observação, enquanto possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato constitui elemento fundamental para a pesquisa com enfoque qualitativo. Com efeito, está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados (RICHARDSON, 1999). Neste instrumento de pesquisa, é preciso atentar para o aspecto ético e para o perfil íntimo das relações sociais, ao lado das tradições e costumes, o tom e a importância que lhes são atribuídos, as idéias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, mediante suas categorias de pensamento. É preciso observar o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social. Também é necessário observar como essas regras são obedecidas ou

transgredidas e como ocorrem os sentimentos de amizade, antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo (BRANDÃO, 1981).

As reuniões do Conselho Gestor, bem como aquelas de estabelecimento de seus compromissos em torno do Termo de Referência para o Plano de Manejo, foram acompanhadas. A propósito, o gestor desta APA convidou nosso grupo de trabalho (ordenamento territorial e mata ciliar, orientado pelo Professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques) para somar experiências e saberes na construção de um documento muito importante. Além dos trabalhos em torno do Conselho Gestor, também pode aqui ser acrescentada a experiência investigativa vivenciada em Analândia, veiculada em artigo publicado no I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço em 2010 (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010). Esta etapa da pesquisa também contribui com as reflexões dessa dissertação.

Outro momento de nosso trabalho consistiu na realização de entrevista dirigida semi-estruturada, com o auxílio de um roteiro de questões. Estas aqui foram aplicadas a apenas seis conselheiros, representando a diversidade de membros da sociedade civil, da municipalidade e do estado no Conselho Gestor. A análise das entrevistas foi realizada segundo metodologia indicada por Bardin (1994). Esta entrevista tinha como foco coletar informações, percepções destes agentes sobre as temáticas do meio ambiente, agricultura e sobre a APA e seu futuro Plano de Manejo. Por fim, a pesquisa contou igualmente com informações transmitidas pelos gestores da Fundação Florestal das APAs Corumbataí, Tejupá, Botucatu, Batalha e Ibitinga.

Vale ressaltar que, nas entrevistas, os agentes puderam responder de forma livre e sem interferências sobre as questões propostas com a garantia de sigilo sobre sua identidade bem como o uso restrito das informações apenas para o fim de produção de conhecimento acadêmico. As análises e a apresentação dos resultados, que se segue, foram divididas em três temas para melhor organização do texto, meio ambiente, agricultura e conselho gestor e plano de manejo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor organização do texto, a análise foi, como mencionado acima, dividida em três partes, a primeira relacionada à percepção e discursos relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais, a segunda apresenta as opiniões e percepções sobre a agricultura e aspectos relacionados e na terceira parte as opiniões relacionadas ao Plano de Manejo da APA Corumbataí e sobre as perspectivas sobre a ocupação e futuro da APA.

4.1 A percepção sobre o meio ambiente

Em relação à percepção sobre o meio ambiente, as respostas apresentadas pelos entrevistados se assemelham, de forma geral, a uma postura de comprometimento em favor do meio ambiente. Convém interrogar os sentidos deste comprometimento, considerando em particular os graus diferenciados de importância, que existe uma problemática ambiental. A atribuição de diferentes graus de gravidade ao problema implica em envolvimento distintos no processo de busca de solução. Trata-se, em boa parte das entrevistas, de um discurso fundado em postura mais proativa, como sugere Pierre Bordieu quando menciona que a “problemática ambiental” seria o gatilho para o despertar de uma ação, que tenta solucionar a problemática (BORDIEU, 2007). Neste sentido, os conselheiros manifestam um sentimento de pertencimento, no sentido de estar dentro, fazer parte do meio ambiente e de seus processos naturais, gerando, de certa forma, uma postura de zelo, tal como manifesto nas seguintes respostas: *“Meio ambiente é tudo aquilo que está ao nosso redor, é o local que a gente vive, onde devemos buscar a conservação”* e *“meio ambiente é a casa da gente”* (representantes do poder municipal e organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011)

É possível destacar que, de acordo com parte dos entrevistados, existe uma nítida problemática ambiental no território da APA. Esta percepção é constatada quando nossos interlocutores reconhecem esforços das instituições, independente de seus setores de atuação, com vistas à melhora da qualidade ambiental na região: *“A reciclagem, lixo e poluição são os principais temas trabalhados”* nas instituições que atuam no setor de educação ambiental e *“alguns mananciais já estão mudando*

de classificação quanto a seu grau de qualidade para consumo” (representantes do setor da educação e recursos hídricos, entrevista realizada em 06/05/2011). Percebe-se que existe também uma resposta da sociedade, mais que isso, uma “pressão” da sociedade para que alguma medida seja tomada em relação aos problemas ambientais, mesmo que estas medidas sejam isoladas ou específicas de determinado setor.

No questionário aplicado em parceria com a Fundação Florestal aos membros do Conselho Gestor, é possível notar que, quando se trata de conservação ambiental da APA Corumbataí, a opinião dos respondentes se manifesta da seguinte forma (Figura 5):

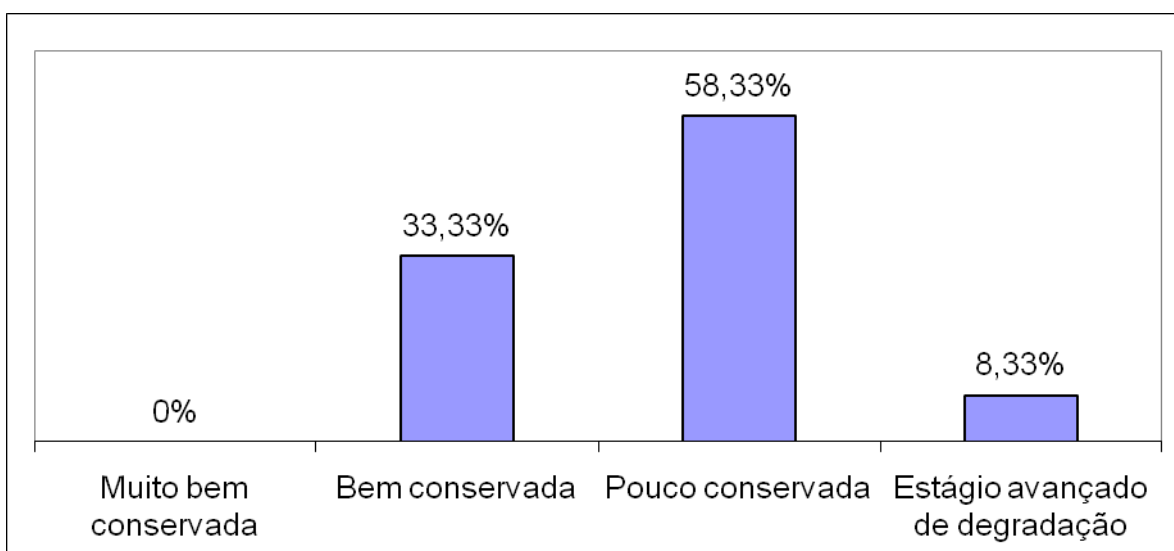


Figura 5 - Situação da APA em relação à sua conservação ambiental segundo os conselheiros

Com efeito, esta figura permite considerar diferentes graus de compreensão do problema ambiental e, por conseqüência, distintos modos de agir para enfrentá-lo. Nesta dissertação, esta distinção nos permitirá estabelecer clivagens pertinentes para a análise das percepções.

Os principais problemas que atingem e prejudicam a qualidade ambiental na região, segundo os respondentes do questionário, envolvem as monoculturas, o descaso com a legislação ambiental, problemas que afetam a conservação dos solos, o assoreamento dos rios, o uso inadequado das matas ciliares, o avanço imprudente da construção civil, a abertura de novas terras para pastagens, o destino inadequado dos resíduos, a atuação das mineradoras na região, o uso de

defensivos químicos sem controle e acompanhamento, o turismo predatório e a falta de comprometimento público. De forma a considerar o grau de impacto e importância que o processo assume, os respondentes elencaram em ordem de grandeza dos problemas como visto na tabela 1 e figura 6 apresentadas á seguir:

Tabela 1 - Principais problemas citados que atingem e prejudicam a qualidade ambiental na região

Principais problemas apontados pelos conselheiros	
1	As monoculturas e suas interferências ambientais e sociais;
2	A falta de formação e/ou informação pela população urbana e rural sobre as questões ambientais;
3	A falta de fiscalização das atividades com potencial de risco;
4	A falta de tratamento adequado dos resíduos;
5	A diminuição na qualidade e quantidade de água;
6	O manejo, uso e conservação inadequada do solo;
7	A atividade mineradora;
8	A expansão urbana sem planejamento;
9	Outros: turismo predatório; incapacidade da elite paulista em tratar dos problemas socioambientais; alta exploração da mão de obra no meio rural; atividades industriais agressivas na região; falta de legislação; ausência do plano de manejo; falta de investimentos para o setor ambiental e; desorganização dos poderes locais.

Cabe observar que, nos itens acima, alguns problemas tiveram o mesmo número de indicação. Segundo os respondentes algumas iniciativas deveriam ou estão sendo realizadas para a diminuição destes problemas, por exemplo: projetos municipais, como o “cidade verde”, projetos estaduais, como "Mata Ciliar". Futuramente, acreditam que deveriam ser implantados projetos contínuos de assistência ao agricultor na preservação do solo e adequação das propriedades rurais. Da mesma forma, recomendam uma atenção maior das prefeituras com relação aos projetos de expansão urbana; a implantação de novas estações de

tratamentos de esgoto; a acentuação da fiscalização, com maior atuação da CETESB; gestão participativa, tomando como início a conscientização da comunidade em relação à importância da APA e; finalmente, a elaboração do plano de manejo.

Aqueles que consideram a APA bem conservada (33,33%, figura 5) apontam com ênfases diferentes (expressas aqui em porcentagens distintas) para os problemas ou dificuldades deste território em relação aqueles que a consideram pouco conservada (58,33%, figura 5) ou em estágio avançado de degradação (8,33%, figura 5). As grandes diferenças se apresentam principalmente no grau de impacto ambiental atribuído para as monoculturas e suas implicações, no tocante à falta de fiscalização e no que se refere ao manejo, uso e conservação do solo (Figura 6).

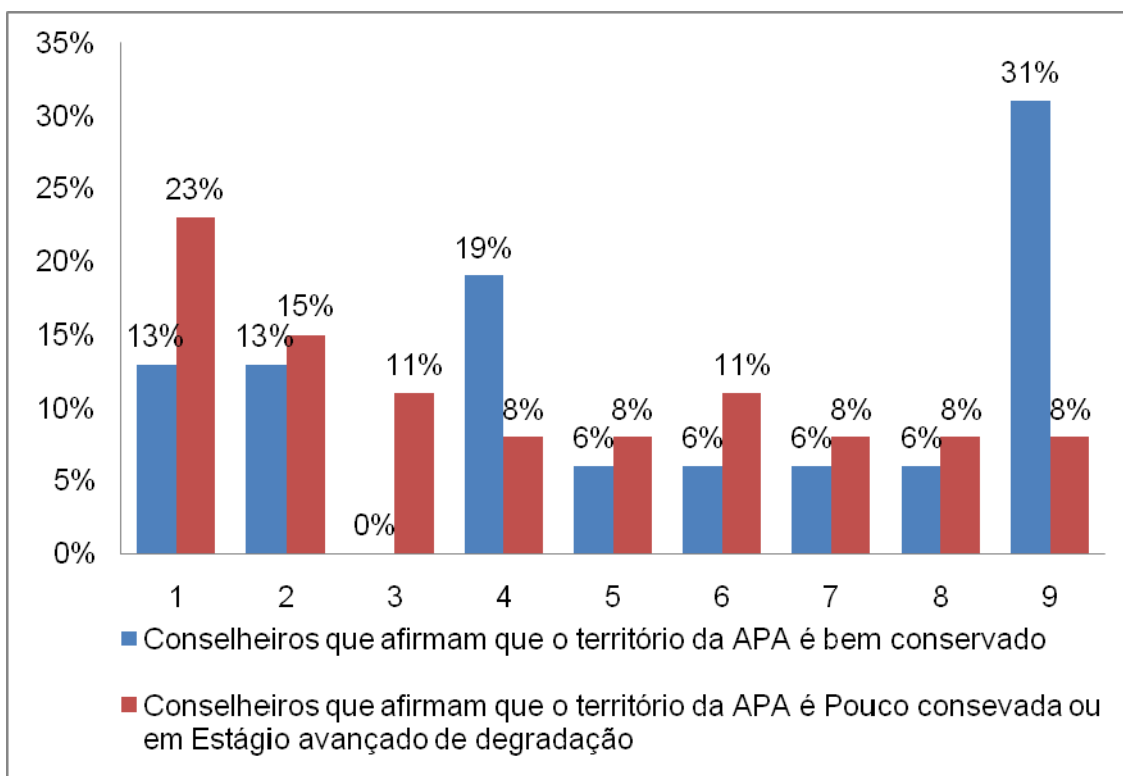


Figura 6 – Principais prolemas ou dificuldades apontados pelos conselheiros e distribuidos conforme visão de conservação da APA Corumbataí

Legenda: (1) monoculturas e suas interferências ambientais e sociais; (2) A falta de formação e/ou informação pela população urbana e rural sobre as questões ambientais; (3) A falta de fiscalização das atividades com potencial de risco; (4) A falta de tratamento adequado dos resíduos; (5) A diminuição na qualidade e quantidade de água; (6) O manejo, uso e conservação inadequada do solo; (7) A atividade mineradora; (8) A expansão urbana sem planejamento; (9) outros, conforme mencionado na tabela 1.

Convém assinalar que os outros problemas apontados pelos conselheiros consistem nas práticas de turismo predatório; na incapacidade da elite paulista em tratar dos problemas socioambientais; na alta exploração da mão de obra, principalmente no meio rural; em algumas atividades industriais agressivas na região; na falta de legislação como os planos diretores das cidades pertencentes à APA; na ausência do plano de manejo deste território; na falta de investimentos para o setor ambiental e; na desorganização dos poderes locais no que tange às suas visões e atribuições sobre o território, notadamente no que diz respeito às possibilidades de gestão no âmbito da APA. A propósito, esta idéia é também apresentada pelos gestores da Fundação Florestal.

Salta aos olhos nestas diferenças de percepção ao menos dois problemas: a importância atribuída aos danos ambientais das monoculturas é muito menos acentuada entre aqueles que consideram a APA bem conservada e a falta de fiscalização é ignorada por este segundo grupo. Este aqui por outro lado estima com recorrência importante a ausência de tratamento de resíduos como um grande problema ambiental. Em princípio, é possível avaliar que a forma de ocupação territorial não constitui uma questão de primeira grandeza para este grupo, mais preocupado em minimizar os efeitos do padrão moderno de consumo e produção.

Por outro lado, a degradação ambiental existente no território da APA, segundo os entrevistados, foi atribuída à falha de outros, revelando conflitos latentes como sugerem as respostas. Com efeito, a responsabilidade de cada um de nós, enquanto membros de uma sociedade pouco sensível aos cuidados ambientais, é pouco acentuada nesta visão. Assim, as causas da degradação são imputadas a terceiros, notadamente ao poder público, *“o município não tem envolvimento ambiental”* ou *“o problema de fiscalização é que contribuiu com a degradação ambiental”* (representante de instituição pública ambiental, entrevista realizada em 08/05/2011). Por vezes, esta responsabilidade coletiva é assinalada indiretamente: *“o meio ambiente tem que ser visto pela parte social, parte que geralmente não é enxergada devido ao consumismo”* (representante de organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011).

As soluções apresentadas pelos conselheiros para resolução destes problemas seriam as medidas regulatórias, educativas e incitativas, onde a fiscalização e a punição fossem conseqüências. Trata-se de um trabalho voltado à educação ambiental da população residente, ao planejamento integrado das esferas de poder,

ao zoneamento ambiental, à conservação de solo e finalmente à gestão participativa.

Todos concordam que a criação da APA contribui muito para a conservação dos recursos naturais da região e que a qualidade ambiental da região foi alterada nos últimos anos, principalmente devido à expansão das atividades agrícolas neste território, com queimadas da cana-de-açúcar, que afetam a qualidade do ar e torna o solo pobre, além de atingir os animais e causar o assoreamento dos cursos de água. Por outro lado, o crescimento sem planejamento das cidades com novos loteamentos e condomínios, além de empreendimentos industriais e mineradores é muitas vezes lembrado como questão preocupante.

Segundo os respondentes, regulação das atividades antrópicas, preservação dos recursos naturais, estimulando oportunidades alternativas de desenvolvimento econômico e social da região como o turismo ecológico, melhor avaliação dos licenciamentos e atuação à melhoria da qualidade de vida são apontados como os principais papéis que a APA deve desempenhar para a região. Porém, 58,33% dos entrevistados afirmam que a APA é pouco conhecida pela população local e 41,66% consideram que absolutamente não é conhecida. Desta maneira, este fenômeno muito provavelmente interfere na gestão participativa, vista como importante nesta perspectiva de conservação.

Futuramente, os conselheiros, notadamente aqueles mais críticos em relação ao dano ambiental, avaliam que este cenário, se nada for feito, pode ser agravado pelos impactos da monocultura; inundações devido ao assoreamento dos córregos e pouca drenagem urbana; aumento dos processos erosivos, ocasionando a diminuição e afetando a qualidade da água; o aumento do turismo predatório e; o aumento do desmatamento. Assim, o resultado final seria o caos ambiental. Trata-se de uma nítida percepção do risco devido à modernização de forma inadequada ou não planejada das atividades agrícolas, que acaba resultando em ameaça para as sociedades futuras (LASH, 1997)

Convém destacar aqui que o desejo de alguns entrevistados é de ver na APA uma referência em superação do poder do capital sobre os interesses coletivos, ou modelo de desenvolvimento econômico para a região. Este aqui deveria promover garantia da conservação, turismo ecológico, nascentes recuperadas, tratamento do esgoto e reciclagem do lixo, conscientização do papel ecológico pela população,

atuação do poder público com fiscalização e punição aos infratores ambientais e diversificação de culturas agrícolas.

Em grande medida, a solução para a problemática ambiental é considerada como dependente de políticas públicas e de legislação pertinente a cada instituição pública atuando no território. Porém, um dos entrevistados que atua diretamente com a fiscalização da legislação lembra que *“no cumprimento da legislação existe um ônus e por isso nem todos gostam de cumprir. A legislação de meio ambiente, como o Código Florestal também se apresenta como um dos problemas para cumprir as leis”* (representante de instituição pública ambiental, entrevista realizada em 08/05/2011). Ou seja, as contradições entre os planos dos interesses públicos e privados tornam complexas a implantação de boas práticas ambientais. Segundo outro entrevistado, neste momento de discussão sobre as propostas de alteração do Código Florestal, muitos agricultores argumentam que não cumprem a legislação em razão das possibilidades de mudanças.

A propósito, a APA pode ser constituída por terras públicas ou terras privadas, geralmente predominando as segundas. Em sua concepção, a APA orienta, com normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada situada em seu perímetro, mas em princípio o Código Florestal é a primeira referência sobre limitações de uso com vistas à proteção ambiental. Oportuno mencionar que a legislação sobre as APA duplicam o valor das multas por infração ambiental cometidas em seus perímetros, o Código Florestal sendo uma referência maior para o reconhecimento destas infrações.

Nesta perspectiva, na medida em que o Código Florestal regulamenta o uso do solo e a atividade humana em área sob domínio privado, esta legislação cumpre papel essencial na gestão de uma APA. É possível assinalar a respeito que a delimitação de reserva legal em APA hoje se encontra bloqueada em razão da polêmica em torno do Código Florestal.

Por outro lado, o termo de referência para a elaboração do Plano de Manejo da APA, perímetro Corumbataí, se apóia em grande medida nas referências expressas no Código Florestal. O principal instrumento de gestão da APA, seu zoneamento, é muito dependente da legislação ambiental vigente, em destaque, portanto, o Código Florestal. Tal zoneamento será mais ou menos rígido em razão dos termos em vigor neste código.

4.2 A percepção em torno da agricultura

Sobre a agricultura no território da APA, os entrevistados tendem a visualizar na atividade agrícola um lado negativo em relação ao meio ambiente, sobretudo no grupo mais crítico de conselheiros (8 entre 12, apontaram para o problema): destacam a invasão de áreas protegidas, a falta de cuidados com o solo, as erosões causadas por práticas inadequadas, a abertura de estradas em locais impróprios, etc. Assim, a agricultura é praticamente considerada como intrinsecamente destruidora. De fato, o predomínio da monocultura da cana-de-açúcar na região ofusca a visão de uma agricultura multifuncional (CARNEIRO e MALUF, 2003; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009), respeitosa do meio ambiente.

No primeiro livro publicado sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, Renato Maluf (2003) considera que a preservação dos recursos naturais se revela como parte dos aspectos essenciais para a reprodução das famílias rurais, na perspectiva de um reconhecimento das múltiplas funções da agricultura familiar. A propósito, este autor aponta para quatro expressões maiores da multifuncionalidade no caso brasileiro, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; a manutenção da vivacidade do tecido social e cultural e; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Por se tratar de uma área de proteção ambiental, alguns dos entrevistados entendem que deveria haver um controle maior sobre esta expansão canavieira, pois se trata da atividade mais impactante da agricultura regional sobre os recursos ambientais da região. Assim, consideram que *“a agricultura interfere no meio ambiente, se for monocultura os impactos serão mais negativos pelo uso de maquinário, impacto no solo, uso de agroquímicos e na qualidade do ar devido à queimada como no caso da cana. O ideal seria uma cultura de rotação para melhorar”* (representante de instituição pública de recursos hídricos, entrevista realizada em 06/05/2011). Outro entrevistado lembra que o crescimento da monocultura da cana-de-açúcar ocorre em razão de origens históricas, as cidades tendo sido construídas e planejadas em torno desse tipo de agricultura. Neste cenário histórico, é possível considerar o depoimento de um dos entrevistados segundo o qual, atualmente, muitos agricultores da região, na realidade, são apenas proprietários que residem nas cidades e possuem um imóvel rural, destinando seu

uso à exploração canavieira, em grande parte por meio de arrendamento. Portanto, deixaram, em última análise, de ser agricultores.

Neste quadro, o desafio é considerável de continuar produzindo “*sem impactar tanto*”, tal como estima um dos entrevistados (representante de organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011). Nesta linha de raciocínio a maioria dos entrevistados considera que a monocultura canavieira somada ao crescimento do mono-cultivo do eucalipto (que ganha força em algumas regiões da APA) pode gerar, ao longo do tempo, sérios problemas, como a diminuição da vazão dos cursos d’ água e o assoreamento dos rios.

As questões de como aumentar o cuidado e disseminar o emprego de técnicas menos agressivas são levantadas por alguns entrevistados. Desta forma, quando questionados sobre a solução para a situação atual da agricultura no território em questão, os entrevistados pensam que a agricultura da região deveria cumprir sua função social e ambiental: garantir a biodiversidade, a qualidade da água e as mínimas condições de vida para o agricultor rural. Consideram que é um mito pensar que nesta região só é possível produzir cana-de-açúcar. Na verdade, segundo eles, “*existem agricultores que trabalham com outros cultivos e outras atividades como o leite, gado de corte, a ovinocultura e são estas as outras opções*” (representante de instituição pública agrícola, entrevista realizada em 09/05/2011). Alguns chegam a destacar a importância de uma agricultura voltada para a produção de alimentos, característica da agricultura familiar, “*existe agricultura familiar na região que deveria ser apoiada, mas as pressões financeiras e políticas forçam a saída da terra, eles atuam muito com café, milho, porco, leite e tentam se diversificar*” (representante de organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011).

Chama particularmente a atenção o reconhecimento de que o fortalecimento da agricultura familiar não é incompatível com o desenvolvimento da região. Existe nesta ótica a possibilidade de se alcançar novos patamares tecnológicos que se revertam em maior oferta de produtos, valorização do trabalho e preservação dos recursos naturais.

É interessante notar também que existe uma atenção especial às particularidades da ação do Estado como ator social presente no mundo rural, interferindo, por meio de políticas públicas, diretamente nos processos de (re)distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais,

bem como no reconhecimento dos sujeitos de direitos desse mundo rural (WANDERLEY, 2009).

Em nosso trabalho publicado no I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010), foi estudado o ordenamento territorial em torno da cidade de Analândia, cujo município é pertencente à APA Corumbataí. Este tipo de trabalho precede nossos estudos propriamente do Conselho Gestor da APA referida.

A idéia de uma vocação turística leva a refletir sobre os conflitos entre turismo e agricultura, a partir de uma análise fundada na identificação de processos de especificação territorial. Foi examinado em que medida o turismo contribui para despertar processos desta natureza, tomando em conta igualmente controvérsias e resistências. Oportuno lembrar que Analândia é uma estância climática desde 1966, abrigando um patrimônio natural que lhe confere forte potencial para o desenvolvimento de um turismo ecológico e rural. Entre tais recursos, o Morro do Cuscuzeiro (Figura 7) Morro do Camelo (Figura 8) e a Pedra do Escorrega que constitui um dos pontos mais visitado no município (Figura 9)



Figura 7 – Morro do Cuscuzeiro, Analândia/SP (Foto: Kleber A. de Oliveira)



Figura 8 - Morro do Cuzuzeiro e Morro do Camelo (ao fundo), Analândia/SP (foto Kleber A. de Oliveira)



Figura 9 - Pedra do Escorrega, Analândia/SP (Foto: Kleber A. de Oliveira)

Estas formações naturais atraem notadamente praticantes de esportes tais como escaladas, rapel, canyoning, arvorismo, tirolesa ou mountain bike. Se este incremento turístico pode ser analisado em termos de um processo de especificação territorial (inclusive com inovações em termos agroalimentares), o município de Analândia conhece igualmente uma grande expansão de cana-de-açúcar e eucalipto (Figuras 10, 11 e 12). As críticas, denúncias e justificativas em torno destes fenômenos territoriais fornecem elementos pertinentes para uma discussão sobre as perspectivas e plausibilidades dos projetos em concorrência, elementos obtidos particularmente em entrevistas realizadas com diversos atores implicados neste campo de debate local.



Figura 10 – Plantação de cana-de-açúcar em concorrência ao apelo turístico, Analândia/SP
(Foto; Kleber A. de Oliveira)



Figura 11 – Plantação de Eucalipto e morro do cusuzeiro ao fundo, Analândia/SP
(Foto: Ana Paula Zaguetto)



Figura 12 – Treminhões escoando a cana-de-açúcar plantada em Analândia/SP
(Foto: Kleber A. de Oliveira)

No debate sobre o desenvolvimento local, a defesa das monoculturas se sustenta na idéia de que se trata da única forma de agricultura rentável, em particular para as grandes áreas. Estas últimas predominam no município de Analândia. Por exemplo, a agricultura patronal detém 95% da área agrícola do município cujo território total chega a 32.700 ha e as áreas de cultivo ocupam 20.404 há. O quadro atual já parece estar alterado em razão da expansão recente desta cultura e das mudanças visíveis da paisagem rural. A área média dos grandes estabelecimentos é 395 ha, enquanto as unidades da agricultura familiar têm em média 43 ha (BRASIL, 2010).

A propósito desta visão favorável sobre a monocultura canavieira, um entrevistado, representante da Câmara Legislativa Municipal de Analândia, estima que a produção de cana é muito rentável e pouco exigente para o detentor de terras: *“o arrendamento permite que a usina realize todas as operações necessárias, ao proprietário rural basta receber sua renda, sem trabalhar”* (entrevista realizada em julho de 2009, publicada em MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010). Em termos públicos, convém interrogar se esta agricultura rentista é realmente saudável para o desenvolvimento econômico e social da região. Seja como for, o interlocutor reconhece que a atividade canavieira é pouco favorável ao meio-ambiente (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010).

Um agricultor com investimento em atividade turística e com um estabelecimento agrícola, cujas dívidas o levaram à venda de 30% de sua área, considera que a cana *“não é o que rende mais, mas nós corremos menos risco, a gente deu a terra pra usina e eles fazem tudo”*. Mesmo julgando que a cana prejudica suas atividades turísticas, este interlocutor concebe uma *“obrigatoriedade”*: *“detesto cana, só faço por que precisa mesmo”*.

Em outras passagens de seu discurso, este agricultor revela que sua agricultura está em processo de reorientação em apoio aos serviços de turismo: *“Eu nunca pensei que ia trabalhar com isso, algumas pessoas aqui perto me procuraram pra ver se não colocaria cavalos para fazer passeio, e eu tentei. Eu tinha também o açude, eu engordava peixe pra vender. Com o tempo, os pais passam a trazer as crianças pra passear de cavalo e ficavam o dia todo por aqui. Aí pensei em fazer um lugar pra beber alguma coisa, pra servir um refrigerante, e minha mulher fazia alguma coisa pra comer”* (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010).

Em situação análoga em termos de arrendamento de terras para o cultivo de cana e, ao mesmo tempo, prestando serviços turísticos, outro agricultor julga que *“enquanto estância climática, o município deveria encontrar outras soluções alternativas à cana de açúcar, voltadas à preservação da mata, outro tipo de verde”*. De fato, é possível encontrar nestas palavras a idéia de que a agricultura pode se acomodar a um desenvolvimento ancorado em particularidades do município (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010). Com efeito, não se trata de pensar que a agricultura é sempre contrária a processos de especificação territorial (caso das monoculturas produtivistas) e nem, por outro lado, que o turismo, em suas diferentes modalidades, leve sempre à valorização do que é típico dos lugares.

Estas considerações sobre os conflitos de concepção em torno do turismo e da agricultura em Analândia permite agora retomar alguns debates no âmbito do Conselho Gestor da APA Corumbataí. Dentre as propostas para que esta última consiga uma melhor preservação ambiental, é possível salientar a idéia do desenvolvimento do turismo ecológico, nos discursos dos conselheiros entrevistados. Além da natureza conservada ser grande atrativo para essa atividade econômica, ocasiona potencialmente uma ligação maior entre a população e a natureza, favorecendo um processo de conscientização ecológica e de preservação dos recursos concomitante com a criação de empregos e renda compatíveis com os objetivos da APA. Porém, como salientado por um dos entrevistados, não existe um trabalho de divulgação e também não existe assistência para estes empreendedores, o que gera certa insegurança neste investimento por parte dos proprietários rurais. O incentivo para esta prática deveria surgir das entidades públicas, contando com o apoio do Conselho Gestor e da sociedade civil.

Para que o tipo de agricultura multifuncional tenha força e cresça na região, os conselheiros acreditam que *“as famílias precisam ter algum meio de continuar na terra, se sentir pertencente, ter apoio para a produção de alimentos”*. Esse apoio é retratado na forma de políticas públicas e assistência técnica voltadas para processos de organização dos agricultores locais com a formação de associação, para a compra de alimentos pelas prefeituras e, mesmo, para pagamentos por serviços ambientais: *“que tem entrado na região, de forma bem vinda pelos produtores, e é muito interessante para a preservação da qualidade da água com a convivência da pecuária e culturas anuais”* (representante de instituição pública

ambiental e representante de instituição pública de recursos hídricos, entrevista realizada em 08/05/2011).

Igualmente, são levantados aspectos relacionados à qualidade de vida das famílias agricultoras que, em muitos casos, cedem às pressões financeiras e deixam suas propriedades para arrendar ou vender para as usinas. Segundo entrevistados, é a falta de infra-estrutura para estas famílias no meio rural, como estradas, escolas e postos de saúde, que provoca este fenômeno social. A deficiência do poder público em atuar nestes campos é apontada como resultado de “*interesses políticos e financeiros*”.

Na opinião de boa parte dos entrevistados, os maiores desafios para o desenvolvimento da agricultura na região consiste em estabelecer programas e políticas de incentivo a práticas alternativas e menos impactantes e de educação ambiental, contando com a articulação de sindicatos rurais, secretarias de meio ambiente, secretarias de agricultura e, em suma, das prefeituras. Convém desenvolver planos diretores rurais que tenham essa orientação de preservação da qualidade de água, solo e recursos naturais, com normas e zoneamentos para a sustentabilidade das atividades produtivas na região.

A economia territorial de Bernard Pecqueur (2002) fornece elementos de análise dos mais fecundos para esta discussão. Este autor aponta para a história particular de um território como fonte de criação de bens e serviços territorializados, ou seja, invenções apoiadas em especificidades territoriais. Estas idéias podem ser interpretadas de tal maneira a propor que a análise dos processos sociais pode se alimentar da identificação dos aspectos reconhecidos, potenciais ou latentes que favoreçam a emergência das singularidades e das tipicidades dos territórios.

Esta perspectiva permite desenvolver a concepção de que construções territoriais constituem, em grande medida, uma resistência aos processos de globalização hegemônica, tal como sugere Boaventura de Sousa Santos (2002), aquela com tendência homogeneizante, sob a batuta da cultura dominante no ocidente, com seus valores e mitos. Assim, o reconhecimento de processos que possam se caracterizar por uma orientação distinta daquela que predomina no capitalismo contemporâneo oferece elementos pertinentes para compreender os fenômenos sociais de mudanças, particularmente tomando em conta a idéia de que a crítica social é o vetor essencial das transformações no sistema capitalista (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999).

É possível concluir este item sugerindo que a articulação entre agricultura e território constitui a base para um melhor reconhecimento e aproveitamento das especificidades territoriais. Esta articulação pode se associar a uma característica física, um recurso ambiental susceptível de valorização, uma produção típica ou um saber-fazer específico. Construído de forma compartilhada, este projeto para o território se fundamenta, portanto, na concepção segundo a qual a emergência das especificidades locais favorece a valorização das atividades desenvolvidas no território (JAUNEAU, 2009).

O debate que precede a elaboração do Plano de Manejo destaca a ideia de “selos ecológicos” para as atividades e produtos produzidos no território da APA. Esta solução constitui uma inovação das mais pertinentes em termos de especificações territoriais. Neste debate é apontado igualmente o pagamento por serviços ambientais aos agentes que se adequarem e passassem a prestar este tipo de serviço a sociedade, preservando principalmente os corpos d’água. Estas idéias revelam uma tomada de consciência crescente diante dos riscos e limites da agricultura produtivista predominante na região.

4.3 A percepção sobre o conselho gestor e o plano de manejo

Sobre a percepção que os conselheiros veiculam sobre a implantação e atuação do Conselho Gestor da APA, é possível destacar que muitos acreditam que tal fórum é fundamental, contribuindo com uma mudança de pensamento na população sobre as questões ambientais em razão de sintomas das mudanças climáticas. O território da APA, segundo alguns conselheiros, tem, como característica, graves problemas de desmatamentos sem controle. Com a criação da APA e da implantação do Conselho Gestor, existe então uma expectativa de que este tipo de problema ambiental possa ser controlado e que as atividades agrícolas, principalmente, passem a ser fiscalizadas, melhorando assim a qualidade de vida da população residente.

Para alguns dos entrevistados, o Conselho Gestor é visto como uma ouvidoria, um fórum de discussões e também de fonte de soluções para problemas e “questões locais”, um espaço de debater, ouvir e opinar sobre as alternativas existentes em

torno de algum conflito local, onde o cidadão se sente atuante. Trata-se de abordar questões principalmente de ordem política cujo debate ocorre em sua proximidade.

Por outro lado, também é possível salientar que, segundo os entrevistados, a população residente na APA precisa conhecer com mais profundidade este território, para saber suas atribuições e importância social, ambiental e econômica. Segundo um dos entrevistados, deveria haver um olhar aguçado para a população rural da APA, uma vez que é este grupo o mais afetado pela legislação e mudanças que possam ocorrer em relação às questões ambientais. Assim, *“é importante mostrar a importância das APA para os agricultores, realizar parcerias, advertir quando tiver que advertir, mas a informação é de extrema importância e o conselho gestor é uma ferramenta para isso. Essa seria a maior contribuição do conselho gestor para a qualidade ambiental e social da APA”* (representante de instituição pública ambiental, entrevista realizada em 08/05/2011).

Vale salientar que no Termo de referência para a criação do Plano e Manejo da APA Corumbataí, são previstos oficinas, espalhadas pelo território da APA justamente para trazer para junto do debate aqueles atores de maior importância neste processo, pessoas que habitam este território e a partir dali iniciar um processo de educação e informação ambiental sobre a APA e sobre a conservação em unidade de uso sustentável. Existe, segundo gestores da Fundação Florestal, muitas dúvidas ou visão equivocada sobre as restrições ambientais em território de APA, principalmente no que diz respeito uso e ocupação do solo.

Na gestão da APA, os interlocutores desta pesquisa entendem que o papel do Conselho Gestor está relacionado com: a avaliação das potencialidades e restrições do território regulando as atividades antrópicas e protegendo as áreas de maior fragilidade; a instituição de um espaço de comunicação entre os poderes; a ativação de órgão de pressão e estipulador de metas ambientais e; a criação e promoção de programa de educação ambiental. Já ao poder público cumpre as atividades de fiscalização, financiamento de programas de conservação, fomento e monitoramento de políticas públicas, em conjunto com o Conselho Gestor. Além de apoio aos conselhos e secretarias municipais de meio ambiente e de promoção da pesquisa e da educação ambiental.

Quando questionados sobre os principais problemas e desafios na implantação da APA, os respondentes afirmam que seriam: elaborar o plano de manejo (de tal maneira que seja visto pelas comunidades como instrumento facilitador do

desenvolvimento da região), e divulgá-lo com vista à participação da comunidade; a falta de dados sobre a população existente dentro dos limites geográficos da APA (ou desconhecimento em relação às funções da APA); gerir recursos financeiros, materiais e humanos e; a participação constante e ativa dos próprios conselheiros em relação às responsabilidades do Conselho Gestor.

De acordo com a legislação referente aos conselhos gestores de APAs, seu caráter é apenas consultivo. Deste modo, os conselheiros da APA Corumbataí lançaram uma moção ao Governo de São Paulo, iniciativa que vale ser ressaltada, onde era solicitado modificação no sentido de tornar o Conselho Gestor com caráter deliberativo, facilitando e incentivando um maior poder nas ações do conselho.

Como principais objetivos a serem alcançados pelo Conselho Gestor os entrevistados salientam a consolidação do plano de manejo da APA, a divulgação do mesmo e a sensibilização e conscientização da população. Para estes objetivos serem alcançados, o Conselho Gestor deveria, segundo os respondentes, colaborar com laudos técnicos, confecção de materiais de divulgação que facilitem os projetos de educação ambiental e a capacitação e formação dos membros do conselho.

Em se tratando da participação da comunidade no Conselho da APA os respondentes indicam algumas ações que o conselho possa desenvolver para que ocorra maior interesse local como: campanhas de rádio, convites à todas as ONGs atuando na área ambiental, e ao pequeno proprietário para participar e desenvolver campanhas com material esclarecedor e bem elaborado.

Segundo estes interlocutores, a participação da população nos processos de tomada de decisões sobre as questões relativas à APA, é vista da seguinte forma (Figura 13):

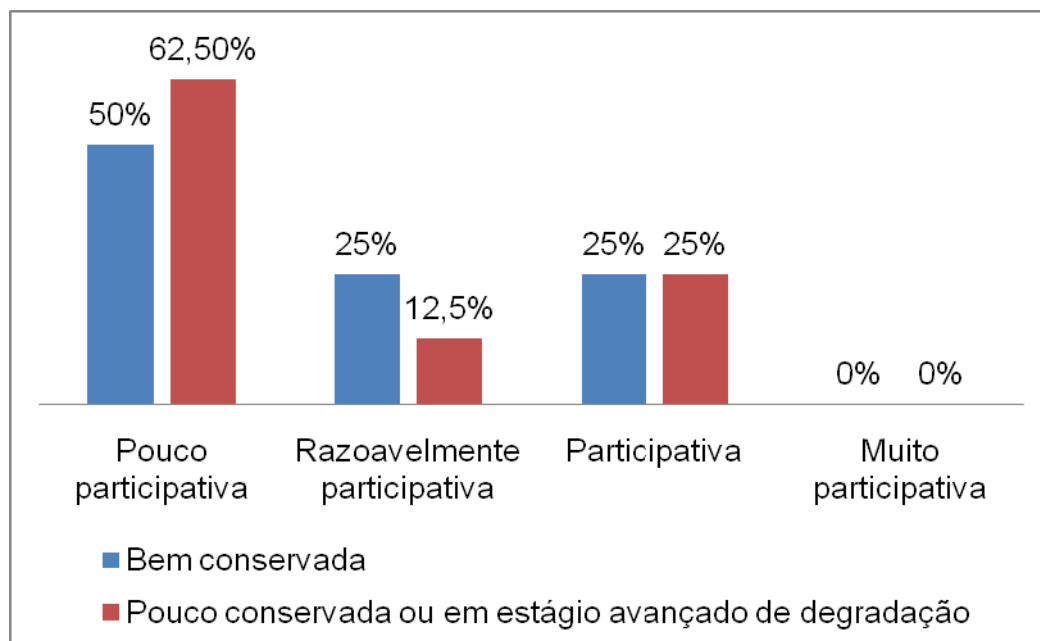


Figura 13 - Nível de participação da população nos processos de tomada de decisão sobre as questões relativas à APA conforme os grupos de conselheiros estimando à APA bem conservada ou pouco conservada

Dos que consideram a APA Corumbataí pouco conservada e em estágio avançado de degradação (58,33% e 8,33%, respectivamente, conforme a figura 5), 62,5% apontam a população pouco participa nos processos de tomada de decisões e discussões relativas a APA, enquanto os que consideram a APA Corumbataí bem conservada (33,3%, conforme figura 5) manifestam que os níveis de participação local são um pouco melhor (razoavelmente participativa e participativa). Portanto, é em princípio possível insistir na idéia de um conflito de interpretação entre dois grupos de conselheiros com visões concorrentes. Com efeito, aqueles considerando o território pouco conservado manifestam mais interesse por maior participação.

Vale ressaltar que se trata de um Conselho Gestor em fase ainda recente de instalação e que é prevista uma maior abertura à participação popular nas fases posteriores de elaboração do Plano de Manejo, como nas atividades de Oficinas que serão realizadas em diversos pontos do território em questão.

As atividades necessárias para ampliar a participação da população se associam, na interpretação dos entrevistados, ao desenvolvimento e comprometimento dos setores públicos na implantação das propostas advindas da comunidade graças aos canais de participação já existentes, à promoção de

palestras, eventos e oficinas ambientais e à organização de reuniões com lideranças de bairros.

Convém levantar interrogações particularmente sobre a participação da população rural neste processo. A desertificação dos territórios rurais, de fato, revela uma feição do desenvolvimento brasileiro, em particular paulista, que fundou-se na idéia do atraso do modo de vida rural, como discutido antes com o apoio da obra de Norbert Elias (1994). Assim, a modernização agrícola se subordinou inteiramente ao setor industrial e financeiro, numa perspectiva produtivista pouco cuidadosa com o meio ambiente e com os trabalhadores rurais. Nesta perspectiva, o êxodo rural foi bem visto, a população rural tornava-se cada vez menor. Além de representar parcela pequena da população total, a participação daqueles que podem ser identificados como sub-cidadãos pode ser pouco desejada.

Os gestores da Fundação Florestal revelam que existe um problema cultural no que diz respeito à participação e envolvimento no processo. Este problema cultural, segundo eles, está relacionado com o processo histórico do país. Certamente, a ditadura militar nada favoreceu os processos participativos, além do conceito hegemônico de democracia reforçar uma apatia política do cidadão (SANTOS, 2002). Os representantes da Fundação Florestal argumentam que a participação em algumas etapas do processo de implantação e desenvolvimento do plano de manejo deve ser estimulada, porém um modelo de encontro e de tomada de decisão deve ser pré-formatado para que o processo tenha bom prosseguimento.

Por outro lado nos debates observados nas reuniões do Conselho Gestor e também com base nas entrevistas, é possível notar a manifestação de idéias em favor do comprometimento e da sustentabilidade. Assim, é realçada a responsabilidade coletiva diante da problemática ambiental, permitindo gerar atitudes que promovam equilíbrio entre uso e manutenção dos recursos: *“as pessoas que estão ali estão preocupadas com a preservação e engajadas nisso”*, dito pelo representante de instituição pública voltada para agricultura.

Entretanto, alguns discursos revelam posições ancoradas na defesa da agricultura predominante na região, cujas práticas são questionadas por grande parte dos conselheiros. Assim, um dos entrevistados (representante de instituição pública voltada para agricultura) considera que *“...quando estou no conselho sempre defendo a agricultura”* (tal como se desenvolve hoje). Mas tal postura é apontada como inadequada para o andamento dos trabalhos do conselho por uma das

entrevistadas, pois “...alguns defendem a idéia de sua posição de trabalho...” e que muitas vezes “...alguns estão ali por serem indicados, defendem suas ideologias pessoais e não o que é melhor para a coletividade” (representantes de organização não governamental e de instituição pública de recursos hídricos e ambientais, entrevista realizada em 08/05/2011).

Em todo caso, todos os entrevistados entendem que, de forma geral, as opiniões apresentadas no conselho são bem relevantes e destacam a importância do diálogo das diversas visões sobre a agricultura e o meio ambiente para o enriquecimento do debate e para a tomada adequada das decisões, tal como salientado por um entrevistado: “tenho visto dentro do conselho que todos fornecem alternativas para as questões relevantes dentro do conselho na região em todos os setores e aspectos” (representantes do setor de educação, entrevista realizada em 05/05/2011).

Quando indagados sobre quais seriam os principais pontos do Plano de Manejo da APA, os entrevistados responderam que muitos dados de caracterização da APA devem ser apresentados, como a descrição dos recursos naturais, fauna e flora, caracterização das atividades antrópicas, potencialidades e restrições do território. Outros depoimentos apontam a importância das diretrizes para a execução de atividades da APA, como a mineração, a expansão urbana, o turismo, o uso e manejo do solo. Para o estabelecimento destas diretrizes, é fundamental o zoneamento agrícola e ambiental da APA.

Segundo entrevistados, a atuação do Conselho e a implantação do Plano de Manejo da APA enfrentam vários desafios e dificuldades. Entre eles, são destacadas as pressões externas sobre os processos de licenciamento, mesmo que o Conselho não possua atribuição de barrar empreendimentos, mas apenas propor alternativas para diminuição de impactos.

Por outro lado, a falta de relacionamento entre os conselheiros gestores é considerada uma fragilidade: “eles não se articulam apesar de cada um ter no que contribuir eles não se juntam”. Da mesma forma, uma maior capacitação dos conselheiros parece constituir um desejo de alguns entrevistados.

Da parte dos gestores das APAs regionais, os representantes da Fundação Florestal argumentam que, na sede administrativa em Botucatu, existe uma vantagem pois a concentração de gestores num mesmo escritório administrativo facilita e resolve muitos problemas relacionados aos novos desafios que possam

surgir na gestão das APAs. De fato, no escritório de Botucatu estão lotados os gestores das APA Botucatu, Tejuπά, Corumbataí/Piracicaba, Batalha e Ibitinga.

Tal argumento é salientado na medida em que os gestores das APAs possuem experiências distintas em suas carreiras profissionais, cada uma contribuindo para a solução de um tipo de dificuldade. Na medida em que se trata de processos em grande medida inovadores, esta confluência de experiências anteriores parece reforçar as motivações do conjunto dos gestores.

Enfim, quando questionado sobre o melhor recorte territorial para atuação na defesa do desenvolvimento sustentável, um dos entrevistados considera a articulação com outros fóruns como adequada, notadamente com o Comitê de Bacias (neste território o Comitê PCJ). Segundo este interlocutor, *"... tanto o comitê como o conselho gestor tem interesses comuns em buscar soluções para os problemas ambientais, porém existe uma diferença na criação de cada um deles que vem desde Brasília na criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e isso reflete aqui quando deixamos de considerar dentro da APA os recursos hídricos, as coisas deveriam ser tratadas de forma integrada. Existe essa dissociação entre meio ambiente e recursos hídricos, mas é um problema institucional. A fiscalização é fraca nos dois lados e quem sai prejudicado é o meio ambiente. O sistema dos dois poderiam ser mais eficientes se os órgãos forem melhor organizados"* (representante de instituição pública agrícola, entrevista realizada em 09/05/2011).

Já os representantes gestores da Fundação Florestal afirmam que existe uma discrepância no entendimento e na importância das APAs para a gestão dos recursos hídricos. Para eles, seria extremamente importante que os comitês de bacias hidrográficas pudessem participar no debate em torno das APAs. Este hiato se associa em grande medida ao pouco conhecimento e informação sobre o papel e importância de uma APA.

Neste sentido, é possível realçar as preocupações pertinentes sobre as competências dos órgãos de gestão do território. A sobreposição de diferentes instâncias com incumbências ambientais, além da pouca articulação entre eles e de seus limitados meios de intervenção, leva a dúvidas sobre a eficácia de suas ações. Com efeito, os gestores de APA da Fundação Florestal na região em estudo reconhecem igualmente que o principal problema em se trabalhar com poderes

sobrepostos está nas diferentes formas de entender e integrar as visões referentes ao território, acarretando inclusive desconhecimento de legislações pertinentes.

5 CONCLUSÃO

É possível constatar que existe no discurso dos membros do Conselho Gestor uma grande preocupação com a preservação e utilização dos recursos naturais da APA em estudo. A qualidade de vida da população local é estreitamente associada aos cuidados com o meio ambiente, notadamente com os recursos hídricos. No grupo considerado, a percepção dos riscos ligados a uma exploração desastrosa destes recursos permite considerar a pertinência da tese da modernidade reflexiva. No entanto, convém aprofundar estudos sobre a disseminação desta percepção do risco e sobre seu estímulo à reflexão, tendo em conta notadamente a brevidade desta experiência do Conselho Gestor.

No tocante à agricultura predominante no território, é possível tomar em conta que ela promove uma visão agrícola produtivista como um resultado histórico da ocupação e uso dos solos. Efetivamente, estas circunstâncias freiam processos de planejamento e ordenamento territorial mais voltados para o cuidado ambiental ou para o equilíbrio social. Todavia, é possível assinalar depoimentos dos conselheiros favoráveis a práticas agrícolas e a formas de utilização do solo mais condizentes com um uso dos recursos naturais de forma mais sustentável. Em todo caso, foi também possível identificar duas concepções sobre a gravidade dos problemas ambientais no território em questão, com implicações em torno da visão sobre as atividades produtivas aí implantadas.

De toda maneira, a preocupação ambiental presente nos discursos colocados em evidência se funda na idéia de um comprometimento e de uma postura em favor da sustentabilidade, o que orienta os debates no âmbito do Conselho Gestor. Estas atitudes se associam a uma percepção de que cada um dos conselheiros desempenha um papel importante neste processo de ordenamento do território. Este último tem no plano de manejo da APA um marco maior, para o qual se deposita uma expectativa muito positiva.

Convém insistir agora que boa parte dos problemas ambientais apresentados pelos entrevistados, especialmente aqueles que estimam como grande a degradação ambiental no território da APA, relaciona-se com a agricultura predominante na região, a monocultura canavieira. Implantada há muito tempo e em

expansão, o cultivo de grandes áreas de cana-de-açúcar se funda em práticas com impactos ambientais consideráveis, notadamente no solo e nos recursos hídricos.

Na visão dos conselheiros mais críticos, preocupados com a ocupação territorial degradante, essa problemática ambiental pode ser amenizada por ações do poder público em termos de fiscalização e de implantação de políticas que visem a promoção de atividades mais zelosas no território, bem como na utilização de práticas agrícolas menos impactantes. Estas aqui se relacionam, na linha de raciocínio destes conselheiros, com o desenvolvimento e apoio a uma agricultura alternativa, como aquela voltada à produção de alimentos e ao turismo rural.

Os agricultores familiares da região são lembrados como atores com perfil mais adequado para esta perspectiva de desenvolvimento rural. Nesta ótica, a agricultura pode ter um papel importante para o desenvolvimento sustentável. Desta forma, vale ressaltar que algumas práticas susceptíveis de evidenciar a multifuncionalidade da agricultura, como abordada por autores citados nessa dissertação, são vistas por alguns conselheiros como resposta para a garantia de um futuro melhor para a região em torno da APA. Nesse sentido, a preocupação ambiental de nossos interlocutores conduz a um entendimento de que a qualidade ambiental da APA determina a qualidade de vida da população residente, principalmente no que se refere aos recursos hídricos do território.

Em relação à participação da população local na tomada de decisões no Conselho Gestor, é ressaltada como importante. Porém, antes de mais nada, é considerado que deve existir um trabalho de educação e informação para que a população venha a se descobrir neste território com atributos específicos e pertinentes para a preservação do ambiente, com repercussões em sua qualidade de vida. A propósito, o termo de referência aprovado pelos conselheiros prevê uma mobilização do próprio Conselho Gestor com vistas a convidar a comunidade para o interior deste processo de elaboração do Plano de Manejo. Obviamente, o sucesso desta mobilização dependerá de muitos fatores, em especial de uma grande articulação das instituições envolvidas neste processo, o que permite pensar na pertinência da implicação das prefeituras e organizações locais.

Existe uma preocupação no que diz respeito ao desconhecimento da importância das APAs nos diferentes segmentos da sociedade, em especial naqueles que possuem poder regulatório dentro das APAs, tais como as prefeituras com seus planos diretores. O problema se associa às diferentes concepções e

interpretações no que diz respeito à gestão do território: a sobreposição de atribuições em termos desta gestão causa certo embaraço.

Por fim, convém considerar a pertinência da realização de novos estudos que permitam continuar uma discussão sobre os resultados do empenho e disposição dos conselheiros, tomando em conta suas diferentes percepções ambientais. Trata-se de pensar no problema do ordenamento territorial como uma pauta da agenda política regional das mais pertinentes para conceber um processo de desenvolvimento que atenda às crescentes demandas sociais por cuidados ambientais, com vistas a preservar os recursos naturais. Desta maneira, convém também investigar em que medida os interesses econômicos da região passarão a se submeter às exigências emergentes em torno do desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, a legitimidade do cálculo econômico se associa ao respeito das regras em torno dos zoneamentos ambientais no que tange à ocupação e uso do solo. Portanto, este cálculo renovado em termos socioambientais se funda em referências em germinação sobre a qualidade de vida para a população residente, seja urbana ou rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.G.; SOARES, L.A.A. (Org). **Ordenamento Territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 288 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.150 p.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma nova teoria da modernização reflexiva. In: **Modernização Reflexiva**: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. São Paulo: UNESP, 1997. 204 p.

BOEF, W.S. Biodiversidade e Agrobiodiversidade. In: BOEF, W.S.; THIJSSSEN, M. H.; OGLIARI, J. MB.; STHAPIT, B. R.: **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007. 271 p.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999. 372 p.

BOURDIEU, P. **A Produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2001. p 15-45.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p 46-81.

BRANDÃO, C.R. (Ed.). **O que é método Paulo Freire**. São Paulo, Brasiliense, 1981. p 21-42.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Disponível em: <<http://www.teiajuridica.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Lei Ordinária nº 10.257/2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 abril 2011

BRASIL. Lei Ordinária nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/lrh2000/LF/Leis/Lei9_433.htm>. Acesso em : 17 abril2010.

BRASIL. Lei Ordinária nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de agosto de 1981.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 17 abril 2010.

BRASIL. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **Diário Oficial** v.101, n.247. São Paulo, 1991.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Banco de dados da agricultura familiar. **SADE**. Disponível em : < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/sade>>. Acesso em 20 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional: Referenciais Curriculares de Educação Profissional, Meio Ambiente 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=198>. Acesso em: 29 mar. 2008.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 160 p.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. (Org.). **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 304 p.

CEAPLA. Centro de Análise e Planejamento Ambiental. **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Corumbataí**. Disponível em: <<http://ceapla2.rc.unesp.br/atlas/equipe.php/>>. Acesso em: 15 jan.2010.

COMITÊS PCJ. Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Histórico do CBH-PCJ. **Arquivos Institucionais do Comitê PCJ**. Disponível em: <<http://www.comitepcj.sp.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2009.

CORONA H.M.P. **As multidimensões da reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba**. 2006. 330 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2006.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p 132-260

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.2 307 p.

FERRAZ, S.F.B.; ROSSETI DE PAULA, F.; VETTORAZZI, C.A. Incorporação de indicadores de sustentabilidade na priorização de áreas para restauração florestal na bacia do rio Corumbataí, SP. **Revista Árvore**, Viçosa/MG, v. 33, n. 5, p 937-947, 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Áreas de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba**. Botucatu, 2010. mapa. Escala 1: 250.000. p 19.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Áreas de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba**. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/hotsites/hotsite/index.php?hotsite=248317df21e2d7694162540fade19833>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

GIDDENS, A. A Vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S.: **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.204 p.

GROSS, P. Ordenamento Territorial: El manejo de los espacios rurales. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Rurales**, Bogotá, v. 24, p 73-80, dez. 1998.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. 270 p.

HOEFFEL, J.L.; SORRENTINO, M.; MACHADO, M.K. (1999). **Concepções sobre a natureza e sustentabilidade um estudo sobre percepção ambiental na bacia hidrográfica do Rio Atibainha – Nazaré Paulista/SP**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf> Acesso em : 22 mar. 2008.

IPEF – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLOREISTAIS; SEMAE – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE PIRACICABA. A conservação dos recursos hídricos por meio da recuperação e da conservação da cobertura florestal na bacia do rio Corumbataí. **Plano Diretor**. Piracicaba: IPEF; ESALQ; SEMAE, 2001 301 p.

IRRIGART, Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos. Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá : situação dos recursos hídricos 2004/2006. In: SIGNORETTI, R.P; MARCHIORI SILVA, A.(Coord.). **Relatório síntese**. Piracicaba: FEHIDRO/PCJ/CBJ-PCJ, 2007. 75 p.

JAUNEAU, J. “L’application des mesures agri-environnementales en France: une mise en œuvre cahotique, des effets incertains”. In : WORKSHOP “BRASIL-FRANÇA: cooperação em ciências agrárias e florestais – o caso da ESALQ/USP e seus parceiros franceses, Piracicaba: ESALQ/USP, 2009. p 29-44.

KOFFLER, N.F. Carta de declividade da Bacia do Rio Corumbataí para análise digital (S16). **Revista Geografia**, Rio Claro, v.19, n.2, p. 82-167, 1994.

LASH, S. A Reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. 204 p.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 343 p.

LENOBLE, R. **História da idéia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. 378 p.

MALUF, R. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar, Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.301-328.

MARTINEZ, P.H. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. 120 p.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 440 p.

MERIGUETI, B.A. **Avaliação da percepção ambiental de funcionários da empresa Marmocil Ltda**. Brasília: NEPA, 2005. 186 p.

MORAES, A.C.R. Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. **OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**, 2003. **Brasília, Anais...**Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005. 78 p.

MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F. de C.(Org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 2002. 313 p.

MORIN, E. **O Método 1** : A natureza da natureza. Portugal : Publicações Europa-América, 1977.p 37-86.

MORUZZI, M.P.E.; OLIVEIRA, K.A. (2010) Especificidades territoriais e conflito entre turismo e agricultura: o caso de Analândia/SP. In: CONGRESSO DE BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 1. 2010. , Rio Claro/SP, 2010. **Anais...**Rio Claro: CBOE, 2010.

NEGRI, B. Urbanização e demanda de recursos hídricos na bacia do Rio Piracicaba,SP. In: SEMANA DE DEBATES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE, 1992. Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: DAAE/FUDAP, 1992. p. 27-37.

PALMA-SILVA, G.M.; TAU-K-TORNISIELO, S.M. Contribución de lãs áreas urbanas em La polución Del rio de Corumbataí, SP, Brazil. In: CONTRIBUICIÓN A LA EDUCACIÓN Y LA PROTECCIÓN AMBIENTAL. La Habana, Cuba, 2001 v. 2., p. 1-9, 2001.

PECQUER, B. "Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés". **Économie Rurale**, Paris, n 261, p. 37-49, 2002.

REDCLIFT, M. From a "sociology of nature" to environmental sociology: beyond social construction. **Environmental Values**, Cambridge, v. 7, n. 1, p 3-24, 1998.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 520 p.

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94 p.

SANCHES, R.O.; SILVA, T.C. Zoneamento ambiental: uma estratégia de ordenamento da paisagem. **Caderno de Geografia, cidade**, n.14, p. 47-53, 1995.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 686 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.: **Brasil**: Território e Sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, M. **Economia Espacial**: crítica e alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 204 p.

SANTOS, T.C. Algumas Considerações Preliminares sobre o Ordenamento Territorial in: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. In: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL. 2003. Brasília. **Anais...** Brasília:Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005. 78 p.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual n. 20.960, de 8 de junho de 1983. Declara área de proteção ambiental a regiões situadas em diversos municípios, dentre os quais Corumbataí, Botucatu e Tejuπά**. São Paulo. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/sigam2/legisla%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520ambiental/decreto%2520estadual%25201983_20960.pdf. Acesso em: 22 jul. 2011.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual n. 48.149, de 9 de outubro de 2003. Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo e dá providências correlatas**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/decretos/2003_Dec_Est_48149.pdf>. Acesso em: 18 abril 2011

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. 208 p.

SILVA, C.A.F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K.; LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L.: **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007. p.282-314.

SOARES, S.M.V. **A percepção ambiental da população noronhense em relação a área de preservação ambiental**. 2005. 96p. Monografia (Especialização em Gestão e Política Ambiental) – Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2005.

STS, Engenharia Ltda. Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, 2008-2011. **Publicação on line**. Disponível em: <<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>. Piracicaba: FEHIDRO/PCJ/CBJ-PCJ, 2008. Acesso em: 15 jun 2009.

TAUK-TORNISIELO, S.M.; ESQUIERRO, J.C. (Org.). **Bacia do Rio Corumbataí: aspectos socioeconômicos e ambientais**. Rio Claro: Consórcio PCJ, 2008. 178 p.

VEIGA, J.E. da. **Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009. 118 p.

VERNANT, J.P. **Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 504 p.

VEYRET, Y. (Org). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo : Contexto, 2007. 320 p.

VIADANA, A.G. **Perfis ictibiogeográficos da bacia do rio Corumbataí, SP**. 1992. 174 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

WANDERLEY, M.N.B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In: **O mundo rural como espaço de vida** – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. 250 p.

ZAINE, J.E.; PERINOTTO, J. A.J. **Patrimônios Naturais e História Geológica da Região de Rio Claro-SP**. Rio Claro: Ultra Copy, 1996. 91p.

APÊNDICES



Áreas de Proteção Ambiental Corumbataí-Botucatu-Tejupá Perímetro
Corumbataí e Piracicaba Juqueri-Mirim - Área 1.

Botucatu, 10 de Outubro de 2011

Carta das APAs Corumbataí e Piracicaba nº 01/2011

**Prezados Professor Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Mestrando Kleber Andolfato de
Oliveira.**

Em resposta à Carta enviada no dia 30 de Setembro de 2011, solicitando a utilização dos dados coletados pela Fundação Florestal no questionário "Percepção ambiental dos membros do Conselho Gestor das APAs Corumbataí e Piracicaba". Informamos que não há problema algum na utilização destas informações para a pesquisa "Estudo da Percepção Ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbataí". Pesquisa desenvolvida pelo mestrando Kleber Andolfato de Oliveira e orientada pelo Professor Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques, na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiros", campus de Piracicaba da Universidade de São Paulo.

Destacamos a necessidade do cumprimento da garantia do sigilo dos entrevistados e da utilização das informações de forma ética, em benefício da produção do conhecimento e com as devida citação da fonte dos dados.

Gostaríamos de ressaltar a importância da pesquisa, que contribuirá em muito para uma análise crítica do andamento dos trabalhos vinculados à gestão das Áreas de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba. Entendemos que só avançaremos qualitativamente na gestão das áreas protegidas com o apoio das instituições de pesquisa e ensino.

Por fim gostaríamos de convidá-los para apresentarem os resultados da Pesquisa em uma reunião do Conselho e ressaltar que continuamos disponíveis para continuidade de trabalhos de pesquisa que tenham como objeto temas que permeiem a gestão das APAs Corumbataí e Piracicaba.

Cordialmente,

Luiz Sertório Teixeira
Gestor das APAs Corumbataí e Piracicaba

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Questionário de
Percepção Ambiental dos Membros do Conselho Gestor das
APAs Corumbataí e Piracicaba

Nome: _____

Sexo: () M () F Idade: _____ anos

E-Mail _____

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo
Incompleto

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Ensino Superior Incompleto

Profissão: _____

1. Participa de outra(s) organização(ões) ou movimento(s), além do Conselho Gestor? Se sim, quais?

2. Tem alguma função específica dentro do Conselho?

3. Já conhecia a APA antes de integrar o Conselho Gestor? Se sim, como conheceu?

4. A criação da APA contribui para a conservação dos recursos naturais da região? Se sim, quanto? () Muito () Regular () Pouco

5. A qualidade ambiental da região foi alterada nos últimos anos? Porque?

6. O que a APA representa para a região?

7. O quanto a APA é conhecida pela população residente no seu território?

Muito conhecida Pouco conhecida Não é conhecida

8. Em sua opinião, qual a atual situação da APA em relação à sua conservação ambiental?

Muito bem conservada Bem conservada
 Pouco conservada Estágio avançado de degradação

9. Quais são os principais problemas que atingem a região?

10. Quais seriam as possíveis soluções?

11. Que cenário futuro você avalia que seria o mais provável?

12. E que cenário futuro você deseja?

13. Se você fosse listar os problemas ou dificuldades da região, quais seriam os mais graves?

14. Quais atividades deveriam ser ou foram realizadas para a diminuição desses problemas?

15. Qual é o papel do Conselho Gestor na gestão da APA?

16. Qual o papel do poder público na gestão ambiental?

17. Quais os principais problemas e dificuldades na implantação da APA?

18. Existe alguma ação que o Conselho possa desenvolver / tenha desenvolvido para um maior interesse e participação da população no Conselho da APA?

19. Na sua opinião, qual é o principal objetivo a ser alcançado / já alcançado pelo Conselho Gestor?

20. De que forma o Conselho poderia trabalhar / trabalhou para que esse objetivo seja / fosse alcançado?

21. Na escala de 0 – 10, qual é o nível de participação da população nos processos de tomada de decisão sobre as questões relativas à APA? _____

22. Quais seriam as atividades necessárias para ampliar essa participação da população e suas organizações?

23. A APA tem um Plano de Manejo? () Sim () Não

24. Quais são / deveriam ser os principais pontos do Plano de Manejo da APA?

25. Outros comentários

Questões Adicionais (para aplicação ao final da gestão do Conselho)

26. As atividades desenvolvidas durante a Gestão do Conselho da APA atingiram o objetivo de proteger os atributos naturais da APA? () Sim () Não

27. Os resultados da gestão do Conselho são perceptíveis? Como eles têm sido percebidos?

28. Avalie a efetividade de participação dos conselheiros:

Efetividade de Participação				
Membros:	Ótima	Boa	Regular	Insatisfatória
Estadual/Federal				
Municipal				
Sociedade Civil				

29. Como você avalia o trabalho do gestor?

Ótimo Bom Regular Insuficiente

30. Como você avalia sua participação no Conselho?

Ótimo Bom Regular Insuficiente

31. Você participaria novamente do Conselho Gestor da APA? Sim
Não

**SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE**

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
PABX (11) 2997-5000 – www.fflorestal.sp.gov.br

